

IHU ONLINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 443 - Ano XIV - 19/05/2014

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (online)



Mudanças Climáticas

Impactos, adaptação e vulnerabilidade



Mar de Aral - Uzbequistão: A área alagada já teve 1.100 quilômetros cúbicos de água. Atualmente está reduzida a 10% de sua capacidade.
Imagem: UNDP in Europe and Central Asia/Flickr - Creative Commons

Roberto Schaeffer:

Aquecimento do planeta e a produção de energia

Paulo Moutinho:

As contradições nas macropolíticas de desenvolvimento

André Ferretti:

As novas necessidades de adaptação global

EMAI

Massimo Di Felice:

Net-ativismo e lógica conectiva nas configurações da pós-política

Alf Hornborg:

O fetiche dos artefatos como mediadores das relações sociais

Capital no sec. XXI:

O desmonte de teses liberais e da economia neoclássica

Mudanças Climáticas. Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade

A recente divulgação do Relatório sobre Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, inspira a presente edição da revista **IHU On-Line**. O relatório parcial foi divulgado no dia 31 de março e desafia a pensar alternativas ao modelo desenvolvimentista incrementado em países desenvolvidos e emergentes.

Roberto Schaeffer, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, debate os desafios à produção energética em um contexto de aumento da emissão de gases do efeito estufa.

Paulo Moutinho, diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, sustenta que a prosperidade econômica só deve ocorrer se estiver em consonância com a preservação ambiental.

André Ferretti, coordenador de Estratégias de Conservação da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza, insiste na necessidade da

discussão sobre as adaptações diante das mudanças climáticas.

O tema da preservação das florestas é debatido por **Fernando Jardim**, Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA, na entrevista intitulada *Aquecimento global e conservação das florestas – quem são os beneficiados e os prejudicados?*.

Maureen Santos, coordenadora do Programa de Justiça Ambiental da Fundação Heinrich Böll Brasil e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/Rio, aborda os desafios para além da solução econômica à crise ambiental.

A reportagem *Aquecimento global e os desafios à humanidade no século XXI* descreve o panorama geral da situação climática no mundo e seus efeitos em escala global.

Duas entrevistas e um artigo completam esta edição.

Massimo Di Felice, professor da Universidade de São Paulo – USP, ao refletir sobre o net-ativismo na pós-política, desafia a falarmos de uma outra ecologia do social e, consequentemente,

de uma transformação muito profunda, não apenas da esfera do político, mas da esfera do social e mesmo da esfera do humano em relação à tecnologia.

Por sua vez, **Alf Hornborg**, da Universidade de Lund, na Suécia, discute propostas teóricas de Bruno Latour sobre a tecnologia.

Uma síntese da análise de conjuntura, publicada pela página eletrônica do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba/PR, é o tema do artigo de Cesar Sanson, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Ele descreve os eixos centrais do livro *O Capital no século XXI*, comentando os impactos da obra de Thomas Piketty, economista francês, amplamente discutida nas “Notícias do Dia”, atualizadas diariamente no sítio do IHU.

A edição impressa circulará na terça-feira, no campus da Unisinos, a partir das 8 horas.

A todas e a todos uma boa leitura e uma excelente semana!



UNISINOS

Instituto Humanitas
Unisinos

Endereço: Av.
Unisinos, 950,
São Leopoldo/RS.
CEP: 93022-000

Telefone: 51 3591 1122 – ramal 4128.
E-mail: humanitas@unisinos.br.

Diretor: Prof. Dr. Inácio Neutzling.
Gerente Administrativo: Jacinto
Schneider (jacintos@unisinos.br).

IHU

IHU On-Line é a revista
semanal do Instituto
Humanitas Unisinos – IHU
ISSN 1981-8769.

IHU On-Line pode ser
acessada às segundas-feiras,
no sítio www.ihu.unisinos.br.

Sua versão impressa circula às
terças-feiras, a partir das 8h,
na Unisinos.

REDAÇÃO

Diretor de redação: Inácio
Neutzling (inacio@unisinos.br).
Redação: Inácio Neutzling,
Andriolli Costa MTB 896/MS
(andriollicb@unisinos.br),
Luciano Gallas MTB 9660
(lucgallas@unisinos.br),
Márcia Junges MTB 9447
(mjunges@unisinos.br),
Patrícia Fachin MTB 13.062
(prfachin@unisinos.br) e
Ricardo Machado MTB 15.598
(ricardom@unisinos.br).
Revisão: Carla Bigliardi

Colaboração: César Sanson,
André Langer e Darli Sampaio,
do Centro de Pesquisa e Apoio
aos Trabalhadores – CEPAT, de
Curitiba-PR.

Projeto gráfico: Agência
Experimental de Comunicação
da Unisinos – Agexcom.
Editoração: Rafael Tarcísio
Forneck

Atualização diária do sítio:
Inácio Neutzling, Patrícia Fachin,
Fernando Dupont, Juliete Rosy
de Souza, Suélen Farias e Julian
Kober

LEIA NESTA EDIÇÃO

TEMA DE CAPA | Entrevistas

- 5 **Baú da IHU On-Line**
- 6 **Reportagem da semana** – Aquecimento global e os desafios à humanidade no século XXI
- 9 **Paulo Moutinho:** As contradições nas macropolíticas de desenvolvimento
- 12 **Roberto Schaeffer:** A produção de energia como desafio ao aquecimento global
- 16 **André Ferretti:** O futuro é agora – A necessidade de se discutir as adaptações diante das mudanças climáticas
- 19 **Fernando Jardim:** Aquecimento global e conservação das florestas – quem são os beneficiados e os prejudicados?
- 22 **Maureen Santos:** Um ambientalismo para além das soluções econômicas

DESTAQUES DA SEMANA

- 27 **Destaques On-Line**
- 29 **Massimo Di Felice:** Pensamento em rede – Net-ativismo e lógica conectiva nas configurações da pós-política
- 35 **Alf Hornborg:** O fetiche dos artefatos como mediadores das relações sociais
- 37 **Conjuntura da Semana** – O Capital no século XXI: O desmonte das teses liberais e da economia neoclássica

IHU EM REVISTA

- 41 **Agenda de Eventos**
- 42 **Publicação em Destaque** – Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro
- 43 **Retrovisor**



twitter.com/ihu



<http://bit.ly/ihuon>



www.ihu.unisinos.br

Tema de Capa

Destques
da Semana

IHU em
Revista

Baú da IHU On-Line

Confira outras edições da IHU On-Line cujo tema de capa aborda assuntos relacionados ao meio ambiente, produção de alimentos e ecossistema.



- *Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental.* Edição 433, de 02-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon433>;
- *Transgênicos no Brasil. 10 anos depois o debate continua.* Edição 432, de 18-11-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon432>;
- *Biologia sintética. O redesenho da vida e a criação de novas formas de existência.* Edição 429, 15-10-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon429>;
- *A era do lixo.* Edição 410, 03-12-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon410>;
- *Oceanos. Ecossistemas sob ameaça.* Edição 409, de 19-11-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon409>;
- *Caatinga: um bioma exclusivamente brasileiro... e o mais frágil.* Edição 389, de 23-04-2012, disponível em <http://bit.ly/ihuon389>;
- *Rio+20. Desafios e perspectivas.* Edição 384, de 12-12-2013, disponível em <http://bit.ly/ihuon384>;
- *Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeieira da América do Sul.* Edição 382, de 28-11-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon382>;
- *Agroecologia e o futuro sustentável para o planeta. Um debate.* Edição 377, de 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon377>;
- *Agrotóxicos. Pilar do agronegócio.* Edição 368, 04-07-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon368>;
- *Ano internacional das florestas. Em defesa da habitabilidade do Planeta.* Edição 365, de 13-06-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon365>;
- *A energia nuclear em debate.* Edição 355, 28-03-2011, disponível em <http://bit.ly/ihuon355>;
- *O Pantanal em alerta.* Edição 345, de 27-09-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon345>;
- *A propriedade da terra deve ser limitada?* Edição 339, de 16-08-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon339>;
- *Biodiversidade. Abundância e riqueza a serem descobertas.* Edição 324, de 12-04-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon324>;
- *Água e saneamento básico: um direito a ser conquistado.* Edição 321, de 15-03-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon321>;
- *A Convenção do Clima em Copenhague. Um debate.* Edição 311, de 19-10-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon311>;
- *Agrotóxicos. Remédio ou veneno? Uma discussão.* Edição 296, de 08-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon296>;
- *Ecoeconomia. Uma resposta à crise ambiental?* Edição 295, de 01-06-2009, disponível em <http://bit.ly/ihuon295>;
- *O Pampa e o monocultivo do eucalipto.* Edição 247, de 10-12-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon247>;
- *Energia para que e para quem? A matriz energética do Brasil em debate.* Edição 236, de 17-09-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon236>;
- *Amazônia. Verdades e Mitos.* Edição 211, 12-03-2007, disponível em <http://bit.ly/ihuon211>;
- *Pampa. Silencioso e desconhecido.* Edição 190, de 07-08-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon190>;
- *Floresta de Araucária: uma teia ecológica complexa.* Edição 183, de 05-06-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon183>;
- *A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta.* Edição 171, de 13-03-2006, disponível em <http://bit.ly/ihuon171>.

Reportagem da Semana

Aquecimento global e os desafios à humanidade no século XXI

Último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas confirma projeções sobre os efeitos do aquecimento global e seus impactos nas populações

POR RICARDO MACHADO

Dados divulgados em 2013 pelo Banco Credit Suisse apontam que a riqueza mundial é da ordem de R\$ 514,9 trilhões, dinheiro suficiente para construir casas sustentáveis para toda população mundial. Porém, a produção de riqueza mundial, ao invés de gerar bem-estar social em âmbito global, gerou, além da concentração de renda, emissão recorde de gás carbônico na atmosfera, alcançando, em maio do mesmo ano, o número de 400 partes por milhão, segundo dados do Centro Americano de Controle da Atmosfera - NOAA (sigla em inglês).

Com a intensificação do neoliberalismo em escala mundial a partir dos anos 1970, os efeitos da emissão de poluentes se tornaram mais visíveis e só se tornaram uma pauta mundial quase duas décadas mais tarde. Nesse período, foi inaugurado o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC, que desde então vem produzindo, periodicamente, relatórios sobre o clima global. O mais recente documento - denominado "Mudanças Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade" - confirma projeções anteriores e sustenta que as mudanças climáticas, em decorrência do aquecimento antropogênico, continuam aumentando.

A próxima rodada de negociações sobre o clima deve ocorrer na França, entre novembro e dezembro de 2015. A expectativa é traçar metas ambiciosas para manter o aquecimento global da média da temperatura do planeta em até 2°C no século XXI, o que significaria um aumento máximo de 0,3°C nas próximas oito décadas. Entretanto, a condição atual do globo já causa mudanças climáticas que afetam a agricultura, a saúde humana, os ecossistemas, o abastecimento de água, entre outros fatores.

Diante deste cenário, nem mesmo o secretário geral da Organização das Nações Unidas - ONU, Ban Ki-Moon, acredita que tal objetivo pode ser alcançado e, por isso, aponta sugestões. "Para diminuir esses riscos, a redução

substancial das emissões globais de gases de efeito estufa deve ser feita juntamente com estratégias e ações para melhorar a preparação contra os desastres, bem como para reduzir a exposição a eventos causados pelas alterações climáticas", sustentou Ban Ki-Moon, em comunicado divulgado no site da ONU.

Os desafios contemporâneos que se impõem à comunidade mundial são complexos e resultam de um aprofundamento da desigualdade social* nos últimos séculos, que gera impactos em escala global. Grande parte da riqueza das nações desenvolvidas decorreu de um crescimento

econômico pouco preocupado com os impactos ambientais. Mais recentemente, os países em desenvolvimento assumiram a mesma matriz racional de geração de riqueza, baseada em mineração e extração de combustíveis fósseis. Nesta queda de braço, os maiores perdedores parecem ser as populações miseráveis, que são as comunidades mais impactadas pelos eventos climáticos extremos, que ocorrem em todos continentes.

** Leia, em Destaques da Semana, uma síntese da Conjuntura que debate o livro O capital no século XXI - Le capital au XXIe Siècle. Paris: Seuil, 2014 - até o momento, sem tradução para o português. A Editora Intrínseca comprou os direitos para o Brasil.*

América Latina

Produção de Alimentos - De acordo com os dados divulgados no último relatório do IPCC, os índices apresentados indiciam um aumento na média da superfície terrestre, até 2100, de 2°C. A simples elevação de 1°C já causa impactos negativos na produção de arroz, trigo e milho em áreas tropicais como a América Latina. O agravamento das secas deve aumentar a disputa pela água.

Imagem: Blog do Planalto



China

Poluição - A China é o maior emissor de dióxido de carbono do mundo e se comprometeu em reduzir as emissões por unidade do Produto Interno Bruto (PIB) entre 40% e 45% até 2020, em comparação com os níveis emitidos em 2005, conforme estudo publicado no Proceedings of the National Academy of Sciences. O Brasil ocupa a quarta posição dos países mais poluidores. A emissão de gases é decisiva no aquecimento global antropogênico.

Foto: Samuel Strake/Flickr-Creative Commons



Paquistão | Ago/2010

Enchente - O país do Sudeste Asiático enfrentou as piores inundações dos últimos 80 anos. Pelos menos 1,4mil pessoas morreram e outras 20 milhões foram afetadas.

Foto: Arif Ali/Agence France-
-Presse-Getty Images/NYT



Filipinas | Nov/2013

Furacão Hayan - Com ventos de mais de 315 quilômetros por hora, a tempestade, em novembro de 2013, foi considerada por especialistas como uma das mais extremas já registradas. As localidades mais impactadas foram Tacoblan (foto), Samar e Leyte. A estimativa oficial de mortos durante o furacão foi de mais de 10 mil pessoas.

Foto: ILO In Asia and the Pacific/
Creative Commons



Arte: Ricardo Machado

Estimativa da Temperatura Terrestre

2014 - A temperatura média global em 2013 foi de 14,52°C, Agência de Pesquisa Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos

2100 - Estimativa de aquecimento entre 0,3°C e 4,8°C.



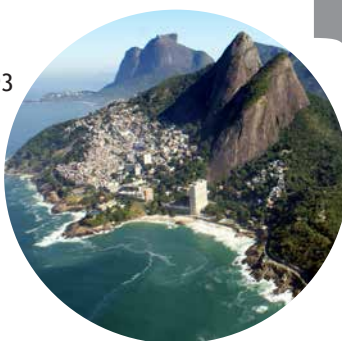
Riqueza Mundial

O total soma 233 trilhões de dólares, equivalente a R\$ 514,93 trilhões

Quanto vale esta riqueza?

O dinheiro seria suficiente para pagar um salário mínimo mensal a 6,23 milhões de pessoas, durante um ano. O equivalente à população da cidade do Rio de Janeiro.

Foto: Rubem Jr/Flickr - Creative Commons



O que é uma casa sustentável?

As casas sustentáveis ou casas ecológicas são aquelas construídas e projetadas de maneira a respeitar o meio ambiente, seguindo os princípios da sustentabilidade ambiental e garantindo o bem-estar dos moradores. Em média, segun-

do dados divulgados por escritórios de arquitetura, uma residência sustentável de aproximadamente 100 metros quadrados custa cerca de R\$ 185 mil. Apesar disso, há projetos ainda mais ousados de residências menores cujos custos são baixíssimos.

Características

Entre as características das casas sustentáveis, está o uso racional de sistemas elétricos e hidráulicos, uso de madeiras certificadas, aquecimento solar, utilização da iluminação natural, reutilização da água da chuva, entre outros.



Imagem: www.arquiteturaurbanismotodos.org.br

Crescimento Populacional

2014 

7,2 bilhões de pessoas

2100 

Estimativa ONU 10,9 bilhões

Produção de Alimentos



Segundo estimativas da ONU, 3,9 bilhões de toneladas de alimentos produzidos

por ano. A estimativa do relatório do IPCC é de que há uma tendência de perdas nas safras de 2% por década, em comparação a um mundo sem aquecimento. A demanda por alimentos básicos, como arroz e trigo, por exemplo, deve aumentar em 14% por década até 2050. Atualmente, a produção agrícola tem crescido um 1% no mesmo período.

As contradições nas macropolíticas de desenvolvimento

De acordo com Paulo Moutinho, a ideia de que devemos conciliar crescimento econômico com preservação é um falso dilema

POR RICARDO MACHADO

Mesmo que os resultados divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC ainda sejam parciais, os dados apresentados permitem que os impactos climáticos sejam avaliados em termos globais. “O desmatamento tropical é fonte importante de emissão de gases de efeito estufa. Ao derrubar as florestas e queimá-las, uma grande quantidade de Dióxido de Carbono é emitida para a atmosfera. Apesar da redução do desmatamento tropical (em especial na Amazônia) nos últimos anos, diminuir a destruição das florestas ainda é fundamental para que consigamos manter o aumento de temperatura média do planeta comparada àquela registrada antes da revolução industrial”, considera Paulo Moutinho, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Além disso, reduzir o desmatamento continua sendo o jeito mais rápido e barato de reduzirmos as emissões mundiais. Assim, será possível ganhar algum tempo para que possamos mudar nossa matriz energética para algo menos carbono intensivo”, sustenta.

Segundo Paulo Moutinho, pesquisas indicam que, nos últimos 160 mil anos, houve variações de temperatura de forma muito frequente. Porém, os níveis de efeito estufa nunca cresceram com tanta rapidez como nas últimas décadas. “Hoje, temos 35% mais gases estufa na atmosfera do que antes da revolução [industrial] e numa concentração nunca vista nos últimos 160 mil anos”, explica. A complexidade do tema exige que coloquemos em pauta, por exemplo, o projeto de desenvolvimento nacional. “A

questão é: Como promover um desenvolvimento de baixa emissão de gases estufa, tendo como visão de futuro energético o uso do petróleo (do Pré-Sal ou não)?”, pergunta. “O Brasil ainda apresenta grandes contradições nas suas macropolíticas para o desenvolvimento. O país faz um investimento vultoso (só o plano safra 2013/2014 envolve mais de 130 bilhões de reais) na agricultura tradicional (grande emissora de gases de efeito estufa) e, ao mesmo tempo, promove um programa agrícola voltado para a agricultura de baixo carbono. O detalhe é que este programa tem apenas algo ao redor de 3 bilhões de reais”, responde Paulo Moutinho. “Ainda neste sentido, o governo concede, a título de isenção fiscal, mais de 100 bilhões de reais por ano. A maioria dos incentivos é para setores que mais emitem gases estufa”, complementa.

Paulo Moutinho é formado em Biologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj, mestre e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Além disso é diretor do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM. Atua na Amazônia há mais 20 anos. Seus estudos estão relacionados com a dinâmica do desmatamento e seus efeitos sobre a biodiversidade, clima e os habitantes da região. Executou pesquisas inéditas sobre os processos de recuperação florestal em áreas degradadas na Amazônia, bem como sobre os impactos da mudança climática, particularmente a redução de chuva, sobre a floresta e seu funcionamento.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Por que os resultados parciais divulgados pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC são ainda mais alarmantes no contexto atual?

Paulo Moutinho – O motivo é muito simples: as mudanças estão mais rápidas e intensas do que o previsto anteriormente. Os estudos demonstrando tais mudanças mais do que dobraram em número de 2005 para cá. Vários deles reforçam que a mudança climática tem, principalmente, causa antrópica e é atual.

IHU On-Line – Em que medida o desmatamento torna-se um elemento-chave para o superaquecimento global?

Paulo Moutinho – O desmatamento tropical é fonte importante de emissão de gases de efeito estufa. Ao derrubar as florestas e queimá-las, uma grande quantidade de Dióxido de Carbono é emitida para a atmosfera. Apesar da redução do desmatamento tropical (em especial na Amazônia) nos últimos anos, diminuir a destruição das florestas ainda é fundamental para que consigamos manter o aumento de temperatura média do planeta comparada àquela registrada antes da revolução industrial, isto é, abaixo dos 2 graus Celsius. Este é o limite de aquecimento reconhecido pelo IPCC. Além disso, reduzir o desmatamento continua sendo o jeito mais rápido e barato de reduzirmos as emissões mundiais. Assim, será possível ganhar algum tempo para que possamos mudar nossa matriz energética para algo menos carbono intensivo (= combustíveis fósseis).

IHU On-Line – Qual a principal diferença das variações climáticas de temperatura terrestre chamadas “naturais” e do aquecimento antropogênico? Em termos práticos, quais são os impactos no ecossistema global?

Paulo Moutinho – As variações consideradas naturais são aquelas relacionadas à dinâmica do clima terrestre, influenciado por vários fatores – insolação, relevo, manchas solares,

“Reduzir o desmatamento continua sendo o jeito mais rápido e barato de reduzirmos as emissões mundiais”

etc. Tudo isso acontece na chamada biosfera, onde os elementos vivos, como as florestas e o plâncton no mar, por exemplo, têm influência direta sobre o equilíbrio climático do planeta. No entanto, quando desmatamos uma floresta, jogamos uma quantidade enorme de gases estufa (especialmente o gás carbônico) para a atmosfera, resultando numa contribuição para o aquecimento. No entanto, este gás carbônico pode ser, em parte, removido através da restauração florestal, via fotossíntese das árvores. Já o gás carbônico, bem como outros gases estufa oriundos da queima de combustíveis fósseis, torna-se mais problemático, pois provém de um carbono que está fora da biosfera. Isto é, está enterrado. Ao retirar este carbono (petróleo, gás natural e carvão mineral) do subsolo e injetá-lo na atmosfera, através da queima e em doses elevadas, como vem acontecendo, estamos adicionando uma quantidade muito grande de gás estufa que se acumula na atmosfera, aumentando o efeito estufa. Além disso, na evolução da atmosfera terrestre, houve sempre aumentos e quedas de temperatura estas associadas associados à quantidade de gases estufa. Quanto mais gases, maior a temperatura. Nos últimos 160 mil anos, este sobe e desce foi frequente. Acontece que, nas últimas décadas, a quantidade de gases estufa na atmosfera cresceu a níveis nunca antes registrados e numa velocidade estupenda. Isto se deu depois da re-

volução industrial. Hoje temos 35% mais gases estufa na atmosfera do que antes da revolução iniciar e numa concentração nunca vista nos últimos 160 mil anos.

IHU On-Line – Qual a representatividade da poluição industrial, sobretudo com a queima de combustíveis fósseis, no aquecimento global antropogênico?

Paulo Moutinho – A poluição industrial no nível global contribui de forma significativa. Em grande parte, pela queima de combustíveis fósseis para gerar energia para as atividades do setor. No Brasil, contudo, a indústria contribui relativamente pouco para as emissões, se comparado ao setor de energia e transporte. Mas as emissões industriais vêm crescendo.

IHU On-Line – Tendo em vista o projeto de expansão na exploração de petróleo nacional, com a camada do Pré-Sal e a Bacia de Campos¹, como se pode explicar o compromisso do Estado com a redução de emissão de gases da concentração do efeito estufa?

Paulo Moutinho – Este já é um dos maiores dilemas do Brasil (e de vários outros países). E terá que ser enfrentado num futuro próximo. A questão é: Como promover um desenvolvimento de baixa emissão de gases estufa, tendo como visão de futuro energético o uso do petróleo (do pré-sal ou não)? O Brasil (e não é o único) ainda apresenta grandes contradições nas suas macropolíticas para o desenvolvimento. Por exemplo, o país faz um investimento vultoso (só o plano safra 2013/2014 envolve mais de 130 bilhões de reais) na agricultura tradicional (grande emissora de gases de efeito estufa) e, ao mesmo tempo,

¹ **Bacia de Campos:** é uma bacia sedimentar brasileira situada na costa norte do estado do Rio de Janeiro, estendendo-se até o sul do estado do Espírito Santo, entre os paralelos 21 e 23 sul. Possui aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados. Seu limite, ao sul, com a Bacia de Santos ocorre no Alto de Cabo Frio; ao norte, com a Bacia do Espírito Santo, ocorre no Alto de Vitória. (Nota da IHU On-Line)

promove um programa agrícola voltado para a agricultura de baixo carbono. O detalhe é que este programa tem apenas algo ao redor de 3 bilhões de reais. Ainda neste sentido, o governo concede, a título de isenção fiscal, mais de 100 bilhões de reais por ano. A maioria dos incentivos é para setores que mais emitem gases estufa. Assim, somente com uma decisão firme do governo e uma clara cobrança da sociedade em favor de um desenvolvimento sustentável e de baixa emissão é que poderemos ter um futuro mais adequado ao que o planeta exige para continuar sendo habitável.

IHU On-Line – Diante da complexidade do cenário nacional, com a constante queda de braço entre as pautas indigenistas e de proteção ambiental com as de flexibilização do Código Florestal Brasileiro encabeçada pelos ruralistas, qual o desafio posto à sociedade no que diz respeito à preservação ambiental?

Paulo Moutinho – O maior desafio é mostrar que a preservação ambiental e o uso sustentável de recursos ambientais serão a alavanca do desenvolvimento e crescimento econômico no futuro aquecido do planeta. Esta história de que temos de conciliar crescimento econômico com preservação representa um falso dilema. Temos que promover prosperidade econômica através da preservação.

IHU On-Line – De maneira objetiva, temos alternativas eficientes para a matriz energética que não seja baseada em combustíveis fósseis, ou estamos diante de um beco sem saída?

Paulo Moutinho – Não há beco sem saída. Há condições de enfrentarmos o problema com mudanças de hábito e de consumo. Algo que exige tempo, certamente, e políticas adequadas, além de investimentos. No caso da energia, talvez não se possa falar em uma mudança da matriz energética do dia para a noite. O Brasil tem uma certa vantagem neste campo devido à hidroeletricidade. Mas, por vários motivos, nunca tantas termelétricas a gás e carvão mineral

“O Brasil ainda apresenta grandes contradições nas suas macropolíticas para o desenvolvimento”

foram ligadas no país. Se nos compararmos com outro gigante em desenvolvimento, a China, um país muito mais poluidor que o nosso, o avanço chinês em energias renováveis está anos luz à frente. Como disse antes, cabe vontade e visão política para iniciarmos um investimento forte em energias renováveis.

IHU On-Line – Considerando a complexa encruzilhada em que as sociedades contemporâneas estão imersas, faz-se necessário um novo paradigma de enfrentamento à crise ambiental? De que ordem?

Paulo Moutinho – De ordem econômica. Sem uma nova prosperidade econômica baseada no uso sustentável dos recursos terrestres e de baixa emissão, será difícil. Só com argumentos ambientais, sociais ou mesmo divinos para mudar o curso no qual nos encontramos. É frustrante pensar que, da ratificação do Protocolo de Kyoto para cá, as emissões mundiais continuaram aumentando ano a ano e numa velocidade impressionante.

IHU On-Line – A experiência brasileira tem demonstrado que os povos originários, índios e quilombolas, são os maiores defensores do meio ambiente. Nesse sentido, de que maneira é possível alçar essas minorias políticas a protagonistas do debate?

Paulo Moutinho – O primeiro passo é que todos nós, sociedade e governo, reconheçamos o papel importante, neste novo mundo em

aquecimento, que estes povos exercem. Eles são detentores de um armazém imenso de carbono (florestas) que, se destruído pelo desmatamento, irá agravar a mudança do clima. O lado perverso deste fato é que, com a alteração climática, estes povos serão aqueles que mais sofrerão. Seja por falta de condições de se adaptarem às alterações que estão por vir ou já se instalaram, seja pela destruição de seus modos de vida. De guardiões da floresta, passarão a vítimas do clima.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Paulo Moutinho – Será fundamental que a sociedade atue de forma enfática no enfrentamento da mudança climática. Os sacrifícios serão muitos, mas suportáveis, se iniciarmos uma revolução socioambiental já. Uma revolução em favor de um planeta minimamente habitável. Por outro lado, os governos devem ser visionários e enxergar as políticas para o combate à mudança do clima para além de seus mandatos e projetos político-partidários. É preciso uma política de Estado que transpasse mandatos. Espero que nesta próxima eleição os brasileiros passem a exigir mais veementemente dos candidatos compromissos claros de longo prazo em favor do desenvolvimento de baixa emissão de carbono. De preferência sem as contradições que vemos hoje.

Leia mais...

- *Florestas tropicais são o ar-condicionado do Planeta.* Entrevista com Paulo Moutinho à edição 365 da **IHU On-Line**, publicada em 13-06-2011, disponível em <http://bit.ly/1jambPI>;
- *Preservação florestal pode conter aquecimento global.* Entrevista com Paulo Moutinho à edição 311 da **IHU On-Line**, publicada em 19-10-2009, disponível em <http://bit.ly/1sEay5f>.

A produção de energia como desafio ao aquecimento global

Para o engenheiro Roberto Schaeffer, a discussão sobre as mudanças climáticas ainda não ingressaram na agenda do setor energético brasileiro

POR PATRÍCIA FACHIN

O *Summary for policymakers – SPM* (em tradução livre para o português: *Resumo para gestores públicos*) do relatório de Mitigações do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas – IPCC, que foi aprovado por representantes de aproximadamente 190 países no mês passado, na Alemanha, “ficou um documento frouxo, sem uma mensagem clara”. A afirmação é de Roberto Schaeffer na entrevista a seguir, concedida por telefone à **IHU On-Line** e publicada no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU em 13-05-2014.

O resumo tem cerca de 30 páginas, é direcionado especialmente para os tomadores de decisão política, ou gestores públicos, e foi elaborado a partir das informações do relatório de Mitigações, finalizado no final do ano passado.

De acordo com Schaeffer, “as questões de como as emissões de gases de efeito estufa estão crescendo e como a maior parte do crescimento tem se dado em países de rápido desenvolvimento, como China, Brasil, Índia, foram amplamente relatadas no relatório final. Contudo, no SPM, nem China, nem Brasil, nem Índia deixaram essa informação aparecer no relatório, porque acham que isso poderia ser uma punição ou ter um peso desfavorável para eles nas negociações do clima que vão ocorrer no ano que vem em Paris, quando se negociará um regime que passará a vigorar em 2020 e substituirá o Protocolo de Kyoto¹”. Para ele, com base no relatório final sobre as Mitigações, é “evidente que há um grupo de países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e África do Sul, que lidera o aumento das emissões”. Entretanto, ressalta, “essa informação estava no SPM e foi vetada”.

O engenheiro Roberto Schaeffer acompanha a elaboração dos relatórios do IPCC sobre Mitigações e explica que hoje a realidade acerca dos países que mais emitem gás carbônico é diferente de anos atrás, quando foi elaborado

o Protocolo de Kyoto e se dividiam os países em Anexo I, os responsáveis pelas emissões, e Não Anexo I, os que não tinham responsabilidade em reduzir emissões. Hoje, esclarece, as discussões acerca das emissões devem ser feitas a partir de dois grupos de países: os desenvolvidos e os em desenvolvimento, mas as nações que mais se desenvolveram nos últimos anos não aceitam essa alteração.

“Tivemos de apagar uma série de gráficos nos quais essa informação aparecia, porque China, Índia e Brasil não concordavam que, na linguagem do SPM, aparecesse outra coisa que não fosse Anexo I e Não Anexo I, justamente porque, quando se usa essa linguagem todos os países ficam no mesmo ‘saco’. A China, por exemplo, fica no mesmo comparativo que um país pobre da África, da Guatemala, do Haiti, que não emitem nada”, relata. Segundo ele, os representantes brasileiros também não veem com bons olhos “o questionamento à possível sustentabilidade dos biocombustíveis, porque o programa do etanol brasileiro tem um peso bastante grande, apesar de estar em franca decadência”.

Na avaliação de Schaeffer, uma das principais conclusões do relatório de Mitigações do IPCC é a de que o setor energético é o mais crítico em relação às emissões. “Se em alguns países o desmatamento era a grande questão anos atrás, hoje, no mundo como um todo, a grande questão é a da energia. Entenda-se essa questão como da energia em geral, ou seja, a energia do setor de transportes, que é basicamente o petróleo, a energia utilizada na indústria, que tem um pouco de carvão e de petróleo, a energia elétrica, a energia nuclear, etc.”, pontua.

Roberto Schaeffer é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, com atuação no Programa de Planejamento Energético da Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia/UFRJ. Possui graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, mestrado em Engenharia Nuclear e Planejamento Energético pela UFRJ, doutorado e pós-doutorado em Política Energética pela University of Pennsylvania, Estados Unidos. Foi Membro do Comitê Internacional de Avaliação dos programas de pesquisa em Energia – ENE, Transições para Novas Tecnologias – TNT e Mitigação de Poluição do Ar e Gases de Efeito Estufa – MAG do International Institute for Advanced Systems Analysis, na Áustria.

Confira a entrevista.

¹ **Protocolo de Kyoto:** consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC - ou UNFCCC, em inglês) na ECO-92, no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o chamado *efeito estufa*, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do desequilíbrio nas temperaturas do planeta. (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Quais são os principais apontamentos do relatório Summary for policymakers – SPM do IPCC acerca das Mitigações, lançado em Berlim nos últimos dias?

Roberto Schaeffer – Primeiro, gostaria de esclarecer que o IPCC tem três grupos: o grupo I, sobre “Bases Físicas da Mudança Climática”, o qual foi lançado no ano passado; o grupo II, dos “Impactos, Vulnerabilidade e Adaptação”, que trata das implicações da agricultura e da saúde às mudanças climáticas, o qual foi lançado no Japão alguns meses atrás; e o grupo III, no qual eu trabalho, que é o de Mitigação, e trata do que pode ser feito para reduzir as emissões.

Há três semanas, em Berlim, foi publicado o Summary for policymakers – SPM do relatório de Mitigações, que é um sumário para os tomadores de decisões. O SPM é um relatório de não mais de 30 páginas, ou seja, um resumo do relatório completo, o qual tem mais de mil páginas, e não é submetido à aprovação dos Estados. Esse relatório completo é elaborado ao longo dos anos, circula entre cientistas e governos, os governos se manifestam, criticam, e os cientistas acatam ou não as críticas, mas não há nenhum tipo de ingerência política sobre ele. É realmente um relatório técnico, que será lançado em setembro ou outubro, em forma de livro, e nos próximos dias deve estar disponível na internet.

Esse relatório final sobre as Mitigações, que foi concluído em dezembro do ano passado, ainda não foi lançado porque o relatório SPM – esse de 30 páginas – tem que ser aprovado, frase por frase, por cerca de 190 governos. Então, na semana em que estive em Berlim, li linha por linha do que foi posto pelos governos. Se, durante esse processo, se aprova ou desaprova algo que entra em conflito com o relatório completo, pode-se vir a revisar o relatório completo, mas somente se for demonstrado que há uma incompreensão científica nele. Afora isso, o relatório completo, finalizado em dezembro, é ‘ímexível’.

O SPM foi aprovado pelos governos com uma série de cortes; não ficou do jeito que os cientistas queriam, mas eles entendem que o sumário tem, de fato, um viés político, mas nada do que foi ou não aprovado entrou em conflito com o relatório final.

Então, tem o relatório final que ficou pronto em dezembro e será lançado na forma de livro nos próximos meses, e tem o SPM, que foi aprovado linha por linha e vai virar uma pequena publicação independente, apesar de também ser inserido no livro. Mas esse relatório tem uma ingerência política muito grande. O que estou querendo dizer com isso? Vamos supor – e é verdade – que, nesse SPM original que produzimos, apontamos que um dos problemas dos excessos de emissões de gás carbônico é o subsídio que existe no mundo hoje aos combustíveis fósseis. A Arábia Saudita não gostou do termo “subsídio” e pediu para retirá-lo do relatório. Apesar de essa palavra estar contemplada no relatório completo, o qual a Arábia Saudita não tem poder de vetar, porque se trata de um relatório de cientistas, no relatório SPM ela tem esse poder. Então, esse SPM foi um pouco censurado porque, visto que tem aproximadamente 30 páginas, é o mais fácil de ser difundido e lido pelos jornalistas.

Até o final do ano sairá um terceiro relatório, que é o chamado relatório síntese, o qual irá sumarizar em 100 ou 200 páginas os três grupos. Então, o IPCC tem sete relatórios: um relatório completo para cada grupo, um SPM para cada grupo, e um relatório síntese que inclui todos os grupos. Neste último também não há ingerência política; é um relatório técnico. Agora que acabou o processo e foram publicados os relatórios dos três grupos, um grupo pequeno de cientistas – eu não estou incluído nesse processo – irá produzir esse relatório síntese.

IHU On-Line – Quais as posições dos governos de modo geral em relação ao SPM? Quais foram os pontos de conflitos?

Roberto Schaeffer – Quando se critica o uso de energia nuclear, o governo X não gosta. Quando se faz crítica ao uso de carvão, a China não gosta. Quando se tece algum comentário sobre a sustentabilidade dos biocombustíveis, o Brasil não gosta. Então, de fato, acaba ficando um relatório meio sem graça, porque não se pode falar nada que gere suscetibilidade de um possível governo.

IHU On-Line – O SPM se caracterizou com as intervenções políticas dos Estados?

Roberto Schaeffer – Sim. Ficou um documento frouxo, sem uma mensagem clara. Por exemplo, as questões de como as emissões de gases de efeito estufa estão crescendo e como a maior parte do crescimento tem se dado em países de rápido desenvolvimento, como China, Brasil, Índia, foram amplamente relatadas no relatório final. Contudo, no SPM, nem China, nem Brasil, nem Índia deixaram essa informação aparecer no relatório, porque acham que isso poderia ser uma punição ou ter um peso desfavorável para eles nas negociações do clima que vão ocorrer no ano que vem em Paris, quando se negociará um regime que passará a vigorar em 2020 e substituirá o Protocolo de Kyoto.

Quando se aprovou o protocolo de Kyoto, em 1997 – que de fato entrou em vigor em 2005, para tratar do período de 2005 a 2012, e que foi prorrogado para 2012-2020 –, dividia-se o mundo em países do Anexo I e países Não Anexo I, porque havia um anexo ao protocolo de Kyoto, no qual se listavam países que teriam responsabilidades para reduzir as emissões, ou seja, basicamente os países desenvolvidos, como EUA, Alemanha, Japão, etc. Essa divisão foi feita porque se entendia, naquele momento, e era correto, que se tinham países desenvolvidos e outros em desenvolvimento, e que o verdadeiro ou o grande estoque de gás de efeito estufa que estava levando o clima a se alterar era devido às emissões dos países desenvolvidos. Assim, os países do Anexo I tinham compromisso e os países do Não Anexo I não tinham compromisso; 25 anos depois, tudo mudou, e o país que mais emite gás carbônico é a China e em terceiro lugar é a Índia. Brasil e México são países que emitem bastante. Então, no relatório do IPCC optamos por abandonar essa linguagem de Anexo I e Não Anexo I, e adotar uma linguagem utilizada pelo Banco Mundial, que é de países desenvolvidos e em desenvolvimento de alta renda, de média renda, de baixa renda.

Nesse relatório completo, agrupamos e sinalizamos como as emissões estão se dando segundo os diferentes grupos de países. Fica evidente que há um grupo de países em desenvolvimento, como China, Índia, Brasil e África do Sul, que lidera o aumento das emissões. Essa informação estava no SPM e foi vetada. Tivemos

de apagar uma série de gráficos nos quais essa informação aparecia, porque China, Índia e Brasil não concordavam que, na linguagem do SPM, aparecesse outra coisa que não fosse Anexo I e Não Anexo I, justamente porque quando se usa essa linguagem todos os países ficam no mesmo “saco”. A China, por exemplo, fica no mesmo comparativo que um país pobre da África, da Guatemala, do Haiti, que não emitem nada. China e Brasil, portanto, não concordaram que fosse dado esse *zoom*, que mostra que dentro dos países em desenvolvimento já têm alguns que são grandes emissores, os quais devem ter mais comprometimento com a redução das emissões.

O relatório final tem todas essas informações, mas poucas pessoas na vida terão tempo de ler um documento de quase duas mil páginas. Então, a grande negociação a acontecer em Paris pode ser enviesada pelo SPM, quando ele, de fato, não diz muita coisa.

IHU On-Line – O Brasil se posicionou contrário a que outras questões apontadas pelo SPM?

Roberto Schaeffer – O Brasil não gostou do agrupamento dos países numa formulação que não seja Anexo I ou Não Anexo I. O país não quis sair nessa fotografia. O Brasil também não vê com bons olhos o questionamento à possível sustentabilidade dos biocombustíveis, porque o programa do etanol brasileiro tem um peso bastante grande, apesar de estar em franca decadência. O programa do biodiesel tem um porte razoável, mas não é verdade que todos os biocombustíveis são uma maravilha. Há alguns que têm levado ao desmatamento, por exemplo. Não é o caso do Brasil, e há certo reconhecimento internacional do etanol brasileiro, o qual se destaca em termos de sustentabilidade, porque gera emprego, não implica desmatamento. No SPM não é desejável que se dê um *zoom* de país por país, mas se fala que os biocombustíveis podem ser uma alternativa aos combustíveis fósseis, porém há de se preocupar com a questão da sustentabilidade. Aí o Brasil já não gostou dessa redação, porque entendeu que alguém poderia interpretar que se estava questionando a sustentabilidade do programa do álcool brasileiro.

IHU On-Line – E isso teria uma implicação negativa nas vendas.

Roberto Schaeffer – Exatamente. Quando se falou que o carvão é um combustível complicado, que é preciso buscar alternativas que utilizem menos carbono, a China não gostou, porque ela é movida a carvão. As críticas mais duras em relação à energia nuclear, por exemplo, não são bem recebidas pela França, porque isso corresponde a 70% na sua matriz elétrica. O SPM é negociado entre os governos e o relatório completo não se refere a nenhum país específico, porque tem de ser relevante para a formulação de políticas, mas não pode ser prescritivo em relação ao que deve ser feito.

Então, nesse sentido, o IPCC elenca quais são os impactos, os custos e potenciais das diferentes alternativas de mitigações possíveis, sem dizer quais devem ser tomadas. Então, no caso do setor elétrico, por exemplo, para se manter a temperatura dentro de certo patamar, tem que começar a descarbonizar o setor elétrico do mundo. O que isso significa? Sair de combustíveis fósseis com alto teor de carbono, como o carvão, e migrar para combustíveis com menos carbono, como o gás natural, ou melhor ainda, para combustíveis ou fontes de energia com emissão zero, como energia eólica ou solar. Essas são opções, e elencamos quanto custa cada uma, quanto se pode esperar de cada uma, qual o potencial de cada uma. Mas é o tomador de decisão de cada país que vai decidir. Vamos supor que a tecnologia mais barata para o Brasil seja a energia eólica, mas o Brasil pode preferir a solar, porque esta vai gerar mais empregos para o país. O relatório do IPCC toma o cuidado de não ser prescritivo, mas diz que se o país quiser manter a temperatura do planeta considerada segura no século XXI, o setor de transporte terá de mudar radicalmente.

Nesse sentido, o setor de transporte precisará ou se tornar mais voltado para o transporte público, ou o setor de transporte em geral terá de se eletrificar; ele se eletrificando, será necessária uma matriz elétrica com baixa emissão de carbono, etc.

IHU On-Line – Que relações se estabelecem entre planejamento energético e as mudanças climáticas? Em que consistiria um planejamento

energético que leve em conta os relatórios do IPCC?

Roberto Schaeffer – Uma das conclusões que se pode tirar do IPCC é que o setor mais crítico é o da energia. Se em alguns países o desmatamento era a grande questão anos atrás, hoje, no mundo como um todo, a grande questão é a da energia. Entenda-se essa questão como da energia em geral, ou seja, a energia do setor de transportes, que é basicamente o petróleo, a energia utilizada na indústria, que tem um pouco de carvão e de petróleo, a energia elétrica, a energia nuclear, etc.

No Brasil, até recentemente, o desmatamento era a maior fonte de emissões; já não é mais. Hoje, o setor de energia empata com o setor agrícola e pecuário, e rapidamente vai desempatar – se é que já não desempatou. O Brasil tem de começar a se preocupar com o consumo de energia, porque o setor elétrico começa a se tornar mais *térmico*: há uma tendência de expansão do setor de carvão e de gás no Brasil, o que significa aumento das emissões. No setor de transportes, há uma tendência de aumento da participação dos derivados de petróleo, dado que o Brasil, equivocadamente, está “matando” álcool, no sentido de que tem havido um aumento absurdo do consumo de gasolina no país. De maneira geral, o setor energético está indo na contramão no sentido de aumentar suas emissões, quando deveria reduzi-las.

Claro que há questões técnicas por trás disso: até hoje, aproximadamente 90% da energia elétrica brasileira vinha de hidrelétricas. Mas atualmente não há mais como o Brasil fazer tantas hidrelétricas assim, porque isso implica outros problemas, como a invasão de áreas indígenas, perda da biodiversidade. Obviamente que as restrições para a expansão da hidroeletricidade no Brasil explicam, em parte, a expansão do carvão e do gás natural. Mas também falta incentivo para as fontes renováveis. De fato, as discussões acerca das mudanças climáticas não entraram na agenda do setor energético brasileiro.

IHU On-Line – O desmatamento passou a ser um problema secundário no impacto das mudanças climáticas? Isso significa que os governos realizaram ações nesse sentido para conter as emissões?

Roberto Schaeffer – Sim, e, no caso brasileiro, há um reconhecimento internacional do trabalho feito. O fato é que houve uma crise de desmatamento no Brasil no começo dos anos 2000, e o pico da emissão brasileira foi em 2004, mas uma série de ações tomadas pelos governos, seja de policiar a Amazônia com a Polícia Federal, multar e prender as pessoas que desmatavam, ou ter uma vigilância por helicóptero e por satélite, contribuíram para mudar essa situação. Nesse sentido, segundo a Cartilha da Embrapa, não pode haver agricultura na Amazônia brasileira e isso contribui para a preservação da região.

Há um certo entendimento de que o desmatamento no Brasil estaria controlado, o que não quer dizer que se se afrouxar a política de preservação, não se volte a ter um problema nessa área.

IHU On-Line – O desenvolvimento econômico é um implicativo às mudanças climáticas? É possível desenvolver e não agravar a situação climática?

Roberto Schaeffer – Esse debate surgiu nas discussões do SPM e foi “um pouco vetado”. As duas causas das mudanças climáticas são o crescimento populacional e o desenvolvimento econômico. Mas isso não significa que o desenvolvimento econômico não é desejável.

O que gera emissões é o fato de as pessoas terem carro, mas, por outro lado, o fato de elas terem carro dá a elas uma qualidade de vida melhor do que se elas tivessem de se locomover a pé, por exemplo. Então, o diagnóstico é que o desenvolvimento econômico mais o crescimento populacional levam a mais emissão, se nada for feito. Aí entra o IPCC. Dado que essas são as duas forças motrizes para ter mais emissão de gás carbônico, a pergunta do IPCC é: como reduzir as emissões?

Nos países em que há desenvolvimento econômico, é preciso buscar ações para que cada dólar do PIB da economia emita menos. O que significa isso? Significa que cada camisa que se produz tem de ser feita com menos energia, ou com energia que emita menos carbono, de maneira que se possa ter desenvolvimento econômico com menos emissões.

O IPCC não gira em torno a uma crítica ao desenvolvimento econômico ou à população, mas, dado que existem problemas, como continuarmos fazendo as mesmas coisas com menos emissão? Então, se é para ter carro, tem de ser carro mais eficiente do que o que temos hoje. Se o carro médio brasileiro hoje faz dez quilômetros por litro, ele poderia facilmente fazer vinte ou trinta, só que ele não aceleraria de 0 a 100 em oito segundos, ou talvez não seria um carro de duas toneladas, no qual cabem seis pessoas. Então, se é para ter carro, é para ter carro eficiente, ou carro menor, ou com um motor melhor, ou rodando com um combustível melhor ou com eletricidade. Mas talvez melhor do que carro é ter transporte público. Dentre as opções do transporte público, entre ônibus a diesel e metrô à eletricidade, o metrô à eletricidade é melhor.

IHU On-Line – O senhor já colaborou com organismos internacionais, órgãos de governo e empresas públicas e privadas. Como a relação entre planejamento energético e mudanças climáticas tem sido tratada nestas diferentes áreas?

Roberto Schaeffer – Tecnicamente, a solução é muito simples. Não é por falta de tecnologia, por falta de saber o que fazer, que as mudanças não são feitas. É óbvio que todos sabem que Rio de Janeiro, São Paulo ou qualquer outra grande cidade do Brasil estaria muito melhor se tivesse um sistema de metrô sofisticado e bem feito. Agora, como convencer o prefeito do Rio de Janeiro a fazer mais linhas de metrô se o investimento inicial é absurdamente grande, se vai demorar de 5 a 10 anos para concluir a obra, e o metrô só ficará pronto quando ele, prefeito, já não será mais prefeito, e quem vai faturar em cima do fato de o Rio de Janeiro ter um belo sistema de metrô é o prefeito que irá inaugurá-lo daqui a 10 anos?

Então, ainda que tecnicamente a solução seja quase que trivial, politicamente e economicamente ela é complicadíssima, porque estamos falando de um problema que não se resolve de uma hora para outra, que precisará ter investimentos no curto prazo. Nenhum político faz alguma coisa para entregar de bandeja para o próximo. Tudo de errado que a [presidente] Dilma Rousseff está fazendo

agora é uma conta que ela está deixando para o próximo presidente. Foi, em certo sentido, o que o [ex-presidente] Lula fez com a própria Dilma. Quando o Brasil cresceu 7,5% no último ano do governo Lula, ele estava fazendo tudo errado [em termos climáticos], para o problema aparecer no governo seguinte. A discussão acerca das mudanças climáticas vai por aí, porque são decisões que afetam relativamente tudo na economia, porque, se é para ter transporte público de qualidade, será preciso mexer nas cidades, se criarão brigas com a indústria automobilística, com a indústria do petróleo, do carvão, etc., e não se verá o resultado no dia seguinte. Os governos em geral estão empurrando o problema das mudanças climáticas com a barriga. A solução técnica é trivial, mas a implementação da solução trivial não é trivial.

IHU On-Line – O acordo para substituir Kyoto tende a levar em conta o limite para o aumento da temperatura climática?

Roberto Schaeffer – Ninguém sabe qual será a “cara” desse acordo. Há um certo consenso entre os cientistas de que o limite considerado seguro para a temperatura máxima que o planeta ainda pode se elevar é em torno de dois graus em relação ao que era a temperatura do planeta na era pré-industrial. Desses dois graus, já subimos 0,7 graus centígrados. Então, teoricamente, mais 1,3 graus ainda é seguro. O que queremos dizer com a palavra seguro? Entende-se que a agricultura não será tão violentamente afetada, entende-se que a proliferação de doenças como dengue e malária poderão ser controladas, entende-se que a elevação média do nível dos oceanos será razoável para as cidades conseguirem lidar com isso. Para ficar dentro dos dois graus centígrados, há um certo consenso científico de que mais ou menos se teria de chegar em 2050 com emissão entre 50, 80% mais baixas do que são hoje – estou arredondando os dados para ficar mais simples. Mas não são todos os governos que irão querer comprar essa briga de reduzir as emissões pela metade. O que se espera para Paris é algum acordo, sim, mas se será um acordo suficientemente duro para fazer o mundo convergir para os dois graus centígrados, eu duvido um pouco.

O futuro é agora – A necessidade de se discutir as adaptações diante das mudanças climáticas

André Ferretti sustenta que, com base nos relatórios do IPCC, adaptação se tornou palavra de ordem na crise climática

POR RICARDO MACHADO

“**A**daptação é a palavra-chave nesta etapa, uma vez que as previsões já foram feitas nas duas últimas décadas. É necessário preparar-se para um novo cenário, investir em novos conhecimentos e agir preventivamente. Não é mais possível ficar na cômoda situação de pensar no que vamos propor para o futuro, pois os cenários previstos há alguns anos já chegaram”, aponta André Ferretti, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**. “Precisamos urgentemente instituir o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. É necessário discutir as adaptações em todos os setores, porque as mudanças climáticas impactam em toda a sociedade, e todos os seus setores podem contribuir com ações de mitigação”, complementa.

Na opinião do ambientalista, existe uma inércia com relação às mudanças climáticas, o que se configura em um risco iminente. “Há uma inércia em relação às adaptações às mudanças climáticas, o que considero grave, porque corremos o risco de não tomar as medidas certas e sermos atropelados pelas

intempéries. Isso vale não apenas para questões relacionadas à segurança alimentar, mas também para proteção da biodiversidade, saúde pública e fornecimento de água”, pondera. Além disso, critica duramente a postura do Estado com relação ao modelo de desenvolvimento proposto. “O Pré-sal é, em minha opinião, um dos maiores equívocos do governo, porque significa investir na prospecção de um combustível fóssil, uma fonte de energia que deve ser abandonada em breve por conta dos impactos que causa na atmosfera. Estamos nos concentrando em um modelo energético antigo e pouco inovador, que o mundo precisa abandonar, e temos investido muito pouco em novas fontes de energia, como a eólica e a solar”, avalia. “Precisamos que as questões ambientais façam parte da concepção dos negócios e não sejam vistas como entraves, ou meros acessórios ou perfumaria”, complementa.

André Ferretti é Coordenador de Estratégias de Conservação da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Que pontos do relatório o senhor destacaria como as demandas mais urgentes à crise ambiental?

André Ferretti – Como um todo, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas –

IPCC tem sido um instrumento para nos mostrar que as mudanças climáticas estão ocorrendo de maneira acelerada e que vamos ter mais impactos no meio ambiente. Adaptação é a

palavra-chave nesta etapa, uma vez que as previsões já foram feitas nas duas últimas décadas. É necessário preparar-se para um novo cenário, investir em novos conhecimentos e agir preventivamente. Não é mais possível

ficar na cômoda situação de pensar no que vamos propor para o futuro, pois os cenários previstos há alguns anos já chegaram. Precisamos urgentemente instituir o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas. É necessário discutir as adaptações em todos os setores, porque as mudanças climáticas impactam em toda a sociedade, e todos os seus setores podem contribuir com ações de mitigação. Um exemplo é a cultura de café, que, segundo as previsões, será afetada devido às mudanças climáticas. Muito pouco tem sido feito para adaptar a produção brasileira ao novo cenário. É essencial que seja feito, e divulgado para todos os interessados, o mapeamento das melhores áreas futuras para se plantar o café, ou até mesmo estudos de melhoramento genético para que a cultura resista às mudanças climáticas previstas. Há uma inércia em relação às adaptações às mudanças climáticas, o que considero grave, porque corremos o risco de não tomar as medidas certas e sermos atropelados pelas intempéries. Isso vale não apenas para questões relacionadas à segurança alimentar, mas também para proteção da biodiversidade, saúde pública e fornecimento de água.

IHU On-Line – Por que o senhor considera que o atual governo despreza a agenda climática? Que evidências ilustram tal comportamento?

André Ferretti – O poder público historicamente não prioriza a agenda climática, tampouco os temas ambientais. Algumas conquistas que tínhamos obtido, como a redução do desmatamento, hoje estão em risco. As evidências estão desde a aprovação do novo Código Florestal, que é extremamente flexível para os que são contrários à conservação, até o projeto do Pré-sal¹, a “menina dos

olhos” do governo. O Pré-sal é, em minha opinião, um dos maiores equívocos do governo, porque significa investir na prospecção de um combustível fóssil, uma fonte de energia que deve ser abandonada em breve por conta dos impactos que causa na atmosfera. Estamos nos concentrando em um modelo energético antigo e pouco inovador, que o mundo precisa abandonar, e temos investido muito pouco em novas fontes de energia, como a eólica e a solar.

IHU On-Line – Do que se trata, exatamente, o Plano Nacional de Mudança do Clima? Tendo em vista o texto atual, em que medida a redação está afinada com as necessidades de preservação ambiental e, por outro lado, aos interesses desenvolvimentistas do país?

André Ferretti – O Plano Nacional de Mudança do Clima elaborado em 2008, e revisado em 2013, visa a incentivar o desenvolvimento e aprimoramento de ações de mitigação no Brasil, colaborando com o esforço mundial de redução das emissões de gases de efeito estufa, bem como objetiva a criação de condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais (adaptação). Para esse propósito, até dezembro de 2012 deveriam ter sido elaborados nove planos setoriais que não se conversam, pois não há linguagem comum ou coerência entre eles, de modo que não são articulados. Um deles, o Plano Setorial de Redução de Emissões da Siderurgia, ainda está em fase de elaboração, segundo o Ministério do Meio Ambiente. Pode-se considerar que são cópias de ações isoladas realizadas ou planejadas por setores distintos, reunidas num documento chamado de plano. Partimos do pressuposto de que todo plano tem que ser construído com hipóte-

ses e metas claras para se chegar a um cenário desejado e ver quais as ferramentas necessárias para alcançar o objetivo traçado. O Plano Nacional de Mudança do Clima não foi elaborado desse modo. Falta visão estratégica que trace novas perspectivas do ponto de vista tecnológico e de inovação, falta uma estrutura padrão e, principalmente, um monitoramento de sua implementação. Dois exemplos que ilustram bem isso: o Plano Setorial de Energia privilegia a energia fóssil e não traz nada significativo sobre energias alternativas ou até mesmo sobre o etanol, que colocou o Brasil na vanguarda na década de 1980 com o Proálcool. Outro exemplo é o Plano Setorial de Transporte e Mobilidade Urbana, que deveria incentivar alternativas de transporte público para garantir a fluidez do tráfego nas grandes cidades e reduzir a emissão de carbono. Em vez disso, o que se tem visto é o subsídio dado pelo Governo para as montadoras para impulsionar a venda de carros. Resultado: as cidades estão travando, porque o governo incentivou a imobilidade urbana. Esses são exemplos de como o Plano Nacional não contempla ações integradas para os principais setores rumo à economia estável e à sociedade de baixa emissão de carbono.

IHU On-Line – Segundo dados da ONU, o ano de 2011 contabilizou 29.782 mortes decorrentes de desastres ambientais. O Brasil teve aproximadamente 900 mortes, parte delas decorrentes de deslizamentos de terras, entre outros fatores. Dito isto, como o senhor avalia a postura do Estado com relação à estrutura de atendimento a catástrofes ambientais?

André Ferretti – O poder público tenta melhorar a infraestrutura de socorro para aqueles que foram afetados pelos desastres ambientais quando deveria investir principalmente em ações corretivas e preventivas. No caso de áreas sensíveis a deslizamentos e com potenciais inundações, o ideal seria implantar um sistema que mapeasse os pontos mais vulneráveis, identificando as áreas de risco, além de cadastrar

¹ **Canada do Pré-Sal:** em geologia, camada pré-sal refere-se a um conjunto de rochas sob a crosta terrestre formadas exclusivamente de sal petrificado, depositado sob outras lâminas menos densas do fundo dos oceanos e que formam a crosta oceânica. Segundo os estudiosos no assunto, esse tipo de rocha mantém aprisionado o petróleo recentemente

descoberto pelos brasileiros. Entre a costa ocidental da África e a oriental da América do Sul consta um riquíssimo depósito de matéria orgânica que viria se acumulando ao longo de milhões de anos sob o sal petrificado e posteriormente prensado por pesadas lâminas, transformando-se em petróleo. (Nota da IHU On-Line)

e, se for o caso, retirar as pessoas e viabilizar a realocação delas para áreas seguras. O poder público erra ao flexibilizar o Código Florestal, perdendo os que desmataram áreas naturais irregularmente e permitindo que as pessoas habitem margens de rios; ou que as culturas agrícolas avancem nas áreas de preservação permanente. São fatores que expõem mais a população às enchentes e a deslizamentos. Associada a isso tudo, temos a sociedade civil que poderia ter uma postura mais participativa nos fóruns de discussão existentes e de maior cobrança junto aos poderes Executivo e Legislativo.

IHU On-Line – É possível pensarmos o desenvolvimento econômico do país sem agressão à natureza? Como?

André Ferretti – O setor de energias renováveis é um exemplo de que isso é possível. Produz energia limpa, não promove tanto impacto ambiental e gera conhecimento, novos negócios e novas tecnologias. A China, por exemplo, é referência nesse segmento, porque promove conhecimento, forma mão de obra qualificada e exporta tecnologia por meio dos seus painéis de energia solar. Precisamos que as questões ambientais façam parte da concepção dos negócios e não sejam vistas como entraves, ou meros acessórios ou perfumaria. A conservação da natureza tem que ser vista como prioridade por qualquer setor da sociedade. O pensamento mais lógico é que natureza e desenvolvimento não são dimensões antagônicas, mas dois lados da mesma moeda, essenciais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

IHU On-Line – Com relação à necessidade de adaptação das populações à nova organização climática mundial, que grupos são os mais vulneráveis? Por quê?

André Ferretti – As populações mais pobres são as mais vulneráveis, por dois motivos. Primeiro, porque elas habitam as áreas de maior risco em situações de seca ou de enchentes, fenômenos que têm sido cada vez

“Em áreas sensíveis a deslizamentos e inundações, o ideal seria implantar um sistema que mapeasse os pontos mais vulneráveis, além de cadastrar as pessoas e viabilizar a realocação delas para áreas seguras”

mais frequentes e são relacionados às mudanças climáticas. As pessoas carentes acabam se concentrando nessas áreas porque são as menos valorizadas. Segundo, porque essas populações dispõem de menos recursos para se reestruturar quando os problemas acontecem, ficando a mercê da ajuda do poder público. No caso das cidades do interior, em geral as comunidades carentes sobrevivem do extrativismo ou da agricultura de subsistência, sendo que têm dificuldades para se recuperarem após fenômenos climáticos extremos que afetaram as áreas onde vivem. Essas pessoas correm o risco de ficar sem casa e sem ter o que comer caso não haja planejamento para adaptar as culturas agrícolas às mudanças climáticas. Diante desse cenário, a tendência é de que essas populações migrem para os grandes centros urbanos, sem condições de se sustentarem, aumentando os níveis de pobreza e a violência.

IHU On-Line – Onde avançamos na agenda climática? Que pontos podem ser inspiradores para uma mudança significativa na questão ambiental?

André Ferretti – Temos que reconhecer que a redução do desmatamento da Amazônia, notificada ao longo dos últimos anos, foi uma conquista para nós que atuamos com mudanças climáticas. Isso é inegável, mas é uma conquista ainda frágil. Nesse aspecto, o novo Código Florestal pode criar uma cultura de permissividade com relação ao desmatamento de novas áreas. No setor empresarial, alguns programas têm obtido resultado com a adesão de empresas na elaboração de inventários e adoção de ações para a redução de emissões de carbono. A sociedade civil evoluiu também, com acesso a mais informação e maior interesse pelo tema, mas ainda com capacidade reduzida de mobilização para a defesa de medidas que contribuam para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como para a conservação da natureza.

IHU On-Line – Uma vez divulgados os dados do IPCC, de que ordem é o desafio de tornar o debate ambiental uma pauta cotidiana no contexto social? Que alternativas podem nos oferecer novos rumos?

André Ferretti – Defendo uma união de todos os segmentos, mas os líderes do país têm que chamar para si a responsabilidade na divulgação dos resultados de dados públicos, confirmando a seriedade e apresentando contas do que tem sido feito para mitigar os impactos. A sociedade precisa de mudanças e enxergar as oportunidades de negócios que aliem desenvolvimento e conservação. A civilização do carbono, intensificada a partir da revolução industrial no século passado, teve sua chance, mas não resolveu. É necessário que uma nova civilização entre em campo para mostrar que uma economia de baixo carbono é capaz de revolucionar o planeta. Para melhor.

Aquecimento global e conservação das florestas – quem são os beneficiados e os prejudicados?

Para o professor Fernando Jardim, o manejo florestal adequado é a alternativa mais viável à manutenção das florestas

POR RICARDO MACHADO

Diante de um contexto de intensas pressões políticas e econômicas por desenvolvimento, que geram impactos diretos na questão ambiental e, consequentemente, no clima global, a conservação das florestas torna-se um imperativo para não agravar ainda mais a situação. “Os fundamentos técnicos do manejo florestal, estabelecidos na legislação, mas desenvolvidos a partir das pesquisas florestais e ecológicas, contemplam esse princípio conservacionista. Qualquer pessoa de bom senso que analisa essa questão reconhece que a melhor maneira de conservar as florestas em pé e, ao mesmo tempo, fazê-la produzir bens e serviços é através do manejo florestal”, pontua o professor Fernando Cristovam da Silva Jardim, em entrevista por e-mail à **IHU On-Line**.

No que diz respeito a fenômenos climáticos extremos, testemunhados no mundo inteiro nos últimos anos, como tufões, enchentes e secas históricas, o professor considera que a influência do desmatamento não é significativa, comparada à queima de combustíveis fósseis. “A despeito da contribuição do desmatamento para o aquecimento global, há estudos que diminuem essa influência e sugerem que o maior contribuinte para o mesmo é a queima de combustíveis fósseis dos países desenvolvidos. Por outro lado, existe a hipótese de que o aquecimento pode ser um fenômeno cíclico, simplesmente. Mas,

ainda assim, potencializado por ações antrópicas”, explica. Para Fernando Jardim, a principal questão das grandes obras que geram impacto ambiental, seja na produção de energia ou na exploração de minerais, é que as populações mais impactadas pelas obras não são as beneficiadas. “Os megaprojetos são males necessários, desde que a sociedade seja a beneficiada final. O que é melhor: um apagão energético, os riscos da energia nuclear ou os danos ambientais da construção de grandes hidrelétricas como Belo Monte? Todavia, quem se beneficia ou é prejudicado? É justo causar danos ambientais como os de Tucuruí e os previstos em Belo Monte para os paraenses — os índios incluídos — e esses cidadãos “pagarem a conta”, sem usufruir dos benefícios, em favor das regiões mais desenvolvidas do país?”, provoca.

Fernando Cristovam da Silva Jardim nasceu em Belém do Pará e graduou-se em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural da Amazônia — UFRA, realizou mestrado em Manejo Florestal pelo convênio Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA/FUA e concluiu o Doutorado em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa — UFV. Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal Rural da Amazônia e consultor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – O Relatório sobre Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas, do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC,

divulgado recentemente, apontou que o desmatamento e a degradação ambiental são fatores muito relevantes no aquecimento da atmosfera terrestre. Que desafios se

impõem à conservação ambiental no século XXI?

Fernando Jardim – Comprometimento da sociedade e dos governantes. É muito fácil para governantes de um

país tentar ditar regras de conduta para outras sociedades, sem que eles próprios as cumpram, como, por exemplo, no caso dos países ditos desenvolvidos, que assinaram o Protocolo de Kyoto. São os representantes desses países que tentam impor regras de conservação e preservação de florestas, por exemplo. Nesta lógica, foi mais fácil mudar o Código Florestal Brasileiro, que era uma lei muito boa, do que obrigar quem cometeu crimes ambientais, com ou sem consentimento, a repará-los.

IHU On-Line – Quais são as diferenças entre os conceitos de “preservação ambiental” e “conservação ambiental”? Qual a importância deles na problemática ambiental global?

Fernando Jardim – De uma forma bem simples, pode-se dizer que a preservação é a proibição de qualquer uso que implique modificações no ecossistema, enquanto a conservação é a capacidade de usar os recursos do ecossistema de forma racional, garantindo sua sustentabilidade. No caso das florestas, por exemplo, o conceito de preservação é completamente utópico diante das demandas da sociedade por produtos de natureza florestal, apesar de haver áreas de reservas em que isso possa ser verificado em escala muito reduzida. O ecossistema florestal (a floresta Amazônica), por sua própria dinâmica, não experimenta a preservação na sua essência.

IHU On-Line – A partir de uma abordagem científica, por que a conservação ambiental se torna um elemento-chave no atual contexto mundial?

Fernando Jardim – Porque ela expressa a possibilidade de uso das florestas de forma racional e sustentável, sem a utopia da preservação. Os fundamentos técnicos do manejo florestal, estabelecidos na legislação, mas desenvolvidos a partir das pesquisas florestais e ecológicas, contemplam esse princípio conservacionista. Qualquer pessoa de bom senso que analisa essa questão reconhece que a melhor maneira de conservar as florestas em pé e, ao mesmo tempo, fazê-la produzir bens e serviços é através do manejo florestal.

IHU On-Line – Desde o ponto de vista da (não) conservação ambiental, como podemos explicar que fenômenos climáticos extremos, que estavam sendo projetados para ocorrerem daqui a duas ou três décadas, estejam ocorrendo neste momento?

Fernando Jardim – Existe muita controvérsia sobre essa questão. As projeções através de modelagem envolvem riscos de erro, às vezes já reconhecidos. A despeito da contribuição do desmatamento para o aquecimento global, há estudos que diminuem essa influência e sugerem que o maior contribuinte para isso é a queima de combustíveis fósseis dos países desenvolvidos. Por outro lado, existe a hipótese de que o aquecimento pode ser um fenômeno cíclico, simplesmente. Mas, ainda assim, potencializado por ações antrópicas.

IHU On-Line – Levando em conta o modelo de desenvolvimento nacional (megaprojetos, Belo Monte, etc.), as políticas indigenistas e o Código Florestal Brasileiro, de que maneira esses três eixos geram impactos na questão ambiental no Brasil? Aliás, tais impactos são positivos ou negativos?

Fernando Jardim – Penso que é mais uma questão de benefícios/custo. Os megaprojetos são males necessários, desde que a sociedade seja a beneficiada final. O que é melhor: um apagão energético, os riscos da energia nuclear ou os danos ambientais da construção de grandes hidrelétricas como Belo Monte?¹ Todavia, quem

se beneficia ou é prejudicado? É justo causar danos ambientais como os de Tucuruí² e os previstos para Belo Monte para os paraenses – os índios incluídos – e esses cidadãos “pagarem a conta”, sem usufruir dos benefícios, em favor das regiões mais desenvolvidas do país? O que você, que me faz essas perguntas, pensaria se na sua região fosse construída uma hidrelétrica do tamanho de Belo Monte para atender as demandas energéticas da Amazônia?

IHU On-Line – Como a exportação de commodities minerais (principalmente para mercados como a China) e a exploração de combustíveis fósseis (gás de xisto, por exemplo) impactam na preservação ambiental das reservas naturais do Brasil? Como isso se reflete na problemática do clima mundial?

Fernando Jardim – Parto do princípio de que os recursos naturais existem para satisfação das necessidades humanas, com todas as atitudes mitigadoras de danos possíveis, o que descarta a ideia de preservação. No caso dos combustíveis fósseis, eles não são renováveis, e preservá-los não faz sentido. A consequência ambiental de seu uso é só uma questão geográfica: tira daqui para queimar lá. Mas, novamente, deve-se perguntar quem são os prejudicados/beneficiados no processo. Veja o exemplo

¹ *é o maior Deus do mundo*”, com Ignez Wenzel, dia 28-01-2012, disponível em <http://bit.ly/zGDm9V>; *Belo Monte e as muitas questões em debate*, com Ubiratan Cazetta, dia 23-01-2012, disponível em <http://bit.ly/z4zVAr>; *“Belo Monte é o símbolo do fim das instituições ambientais no Brasil”*, com Biviany Rojas Garzon, dia 13-12-2011; disponível em <http://bit.ly/spuNW5>; *Não é hora de jogar a toalha e pendurar as chuteiras na luta contra Belo Monte*, com Dom Erwin Krautler, dia 03-08-2011, disponível em <http://bit.ly/NikeEVs>. (Nota da IHU On-Line)

² *Usina Hidrelétrica de Tucuruí*: é uma central hidrelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí (a cerca de 300 km ao sul de Belém), no estado do Pará. Os primeiros estudos de engenheiros brasileiros para aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins começaram por volta de 1957. O projeto ganhou força na década de 1960 como parte de políticas do Governo Federal para o desenvolvimento e integração da Amazônia e para atender a indústria de alumínio gerada pelos jazidas de bauxita da região. (Nota da IHU On-Line)

de Carajás³: os danos ambientais decorrentes da lavra – desmatamento, aquecimento local, etc. – são suportados pela sociedade paraense, mas os benefícios com o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS é do Estado do Maranhão.

IHU On-Line – Há como superar as soluções economicistas à questão ambiental (Economia Verde, Créditos de Carbono, gestão sustentável, etc.) ou estamos diante de um beco sem saída? Por quê?

Fernando Jardim – O problema envolve a interação de três fatores: econômico x ecológico (ambiental) x social. As soluções apresentadas na pergunta – Economia Verde, Créditos de Carbono, gestão sustentável – contemplam aspectos econômico/ambiental. Mas o problema é de solução difícil porque envolve os interesses de cada um e da sociedade em geral (o social), traduzido na falta de comprometimento. No caso das florestas como a Amazônica, a certificação de produtos e processos (Selo Verde) poderia facilmente racionalizar o problema, mas isso só tem tido repercussão no mercado internacional. O mercado local, regional e mesmo nacional não exige produtos certificados e é o maior demandador desses produtos.

IHU On-Line – Se levarmos em conta a média da pegada ambiental da população dos Estados Unidos, necessitaríamos de 4,5 planetas para dar conta da demanda de cada in-

“Penso que é mais uma questão de benefícios/custo. Os megaprojetos são males necessários, desde que a sociedade seja a beneficiada final”

divíduo. Dito isto, percebemos que há implícito nos projetos de desenvolvimento dos países emergentes, como no caso dos Brics⁴, um desejo de crescimento econômico que passa pelo aumento da produtividade industrial. Diante deste contexto, como garantir e ampliar a conservação ambiental atualmente?

Fernando Jardim – “...todo mundo quer subir, a concepção da vida admite...” já dizia a canção da Clara Nunes. Os Brics, como o Brasil, também almejam o “status” de desenvolvidos. Mas, para isso, precisam garantir o suprimento de insumos como energia, água, matérias-primas, infraestrutura, tecnologia, etc. Todavia, é evidente que isso exige um custo ambiental que onera a produção e que cada vez mais tem sido cobrado pela sociedade. No caso da produção madeireira em florestas nativas, por exemplo, sendo ela baseada na exploração de algumas poucas espécies “nobres”, há

um enorme desperdício de matéria-prima, tanto na industrialização da madeira como no descarte de milhares de espécies arbóreas sem valor de mercado atual, que, se tivessem seu uso otimizado com novas tecnologias, diminuiria a pressão sobre a floresta.

IHU On-Line – Como a conservação ambiental impacta na vida das pessoas que vivem longe das florestas, por exemplo?

Fernando Jardim – A conservação garante que a floresta seja mantida em pé, fornecendo produtos físicos, madeireiros e não madeireiros, e os chamados serviços ambientais, como a regulação do clima, do ciclo hidrológico, etc. As florestas manejadas são um exemplo de conservação, pois mantêm e melhoram os serviços para o equilíbrio do clima regional e global, especialmente pela manutenção do ciclo hidrológico e pela retenção e fixação de carbono – deixa de ser mero reservatório para ser sumidouro de Dióxido de Carbono.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Fernando Jardim – Não creio que as florestas tenham sido feitas para nossa mera contemplação e acredito que a única maneira de garantir sua manutenção em pé seja através do manejo florestal que é sinônimo de conservação. Todavia, é necessário que a sociedade e os governantes estejam comprometidos com essa ideia; estejam dispostos a absorver os custos ambientais e sociais que a conservação impõe ao uso sustentável das florestas; desenvolvam usos adicionais para o estoque remanescente de uma exploração madeireira, pois muitos dos problemas de manejo de florestas tropicais nativas podem ser mais facilmente resolvidos pelo processamento e comercialização.

Leia mais...

- “Utopia x irracionalidade”. O desafio de conservar as florestas brasileiras. Entrevista com Fernando Jardim na edição 365 da **IHU On-Line**, de 13-06-2011, disponível em <http://bit.ly/1skzIUC>.

³ **Carajás**: Trata-se de uma grande cordilheira e acidente geográfico no sudeste do estado brasileiro do Pará. Desde o início da década de 1980 se desenvolve um grande projeto de extração mineral, chamado inicialmente de Projeto Grande Carajás. Anteriormente a colonização, esse território era povoado pelos povos indígenas Karajá e Kayapó. O Instituto Humanitas Unisinos - IHU tem um amplo material debatendo os desafios à região, entre eles, as entrevistas com Dário Boschi, intitulada *Plano Nacional de Mineração e a nova versão do Programa Grande Carajás*, disponível em <http://bit.ly/ihu250414>; e *O que significou para a região e a quem beneficiou o Programa Grande Carajás 30 depois de sua implantação na região amazônica?*, disponível em <http://bit.ly/1gGztn5>.

⁴ **Brics**: em economia, Brics é um acrônimo que se refere aos países membros fundadores: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Juntos formam um grupo político de cooperação. Os membros estão todos em um estágio similar de mercado emergente, devido ao seu desenvolvimento econômico. Apesar do grupo ainda não ser um bloco econômico ou uma associação de comércio formal, como no caso da União Europeia, existem fortes indicadores de que os cinco países têm procurado formar uma aliança, e assim converter “seu crescente poder econômico em uma maior influência geopolítica. Desde 2009, os líderes do grupo realizam cúpulas anuais. (Nota da **IHU On-Line**)

Um ambientalismo para além das soluções econômicas

Maureen Santos debate os desafios postos à luta ambiental no contexto internacional e nacional diante do aquecimento global

POR RICARDO MACHADO

Diante de uma série de limitações de órgãos como a Organização das Nações Unidas – ONU, apesar de posicionamentos contundentes de Ban Ki-Moon sobre a mudança climática, a entidade tem sido pouco efetiva na luta contra as potências poluidoras. “A ONU deixa a desejar, pois poderia ter uma corte internacional para julgar crimes ambientais e socioambientais e é nesse sentido que ela poderia se dedicar mais, mas não se dedica”, aponta Maureen Santos, em entrevista por telefone à **IHU On-Line**. A principal crítica que a ambientalista faz é de que as soluções postas à crise ambiental se reduzem ao viés econômico. “Há outros programas capitaneados pela iniciativa privada, que é o de precificar a natureza e o modo de vida, em vez de valorizar o trabalho, de criar políticas de crédito ou criar feiras e projetos de renda associados a este trabalho que a população tradicional realiza e o produto que ela está revertendo. É preciso considerar que esses produtos têm um valor melhor justamente porque são feitos respeitando a natureza e permitindo que a população continue nestes locais”, sustenta.

Para Maureen, o retrocesso na legislação ambiental brasileira está diretamente relacionado à forma como esta questão política está sendo tratada. “O que se percebeu é que a vontade política do agronegócio brasileiro foi determinante e permitiu que uma aberração como a que foi feita (Novo Código Florestal)

pudesse ter sido aprovada. Isto tudo está diretamente conectado à questão do neodesenvolvimentismo, porque há um retrocesso, também, das próprias políticas da produção para que pudesse haver uma retomada do crescimento do superávit primário”, argumenta a pesquisadora.

Maureen Santos é coordenadora do Programa de Justiça Ambiental da Fundação Heinrich Böll Brasil e professora do quadro complementar da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Possui mestrado em Ciência Política pelo IFCS/UFRJ (2007) e graduação em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá (2002). Na última década, dedicou seu trabalho à Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, realizando formação de base, educação popular e construção de redes e articulações sobre comércio internacional, integração regional, meio ambiente e mudanças climáticas. Monitora as negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), em especial o tema de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e Adaptação. Compõe umas das equipes de produção de estudos do High Level Panel of Food Security da FAO, que produziu recentemente um estudo sobre mudanças climáticas e segurança alimentar.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Tendo em vista os resultados parciais do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas – IPCC, que avaliação é possível de se fazer sobre a importância que os países dão à pauta am-

biental, principalmente as grandes potências?

Maureen Santos – Esse último relatório parcial do IPCC reafirma o que o painel havia apresentado em outros relatórios e que grande parte

da sociedade civil mundial já tinha manifestado preocupação, que são os efeitos das mudanças climáticas. Na verdade, ele não traz novidades do ponto de vista dos impactos ou das preocupações com aquilo

que já vem acontecendo, apesar de uma assertiva mais forte com relação a alguns pontos. Porém, no que se refere à postura e às declarações das grandes potências, gostaria de destacar a fala do Barack Obama¹, em que o presidente dos Estados Unidos declara a preocupação com as mudanças climáticas e o aquecimento global. Isso não significa que os Estados Unidos não tenham declarado formalmente estas questões, como, por exemplo, podemos citar a fala do próprio presidente dos Estados Unidos² em Copenhague, na 15ª Conferência das Partes, realizada pela Convenção-Quadro das Nações Unidas – UNFCCC, embora do ponto de vista prático e efetivo o governo nunca tenha feito nada. Desta vez é a posição do Obama e vamos aguardar para ver se isso vai se efetivar na prática, tanto do ponto de vista doméstico quanto das negociações.

IHU On-Line – Como é a relação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima com os países do G8 e do G20?

Maureen Santos – Os países não participam com estas categorias na negociação da convenção, que foi assinada por um grande número de nações durante a Rio 92³. Desde esse

momento foram feitas divisões internas não do ponto de vista da convenção em si, mas da articulação política entre os países. Um dos exemplos é o Basic, que reúne os ministros do Meio Ambiente do Brasil, África do Sul, Índia e China. Ele existe desde 2009, mas não funciona de forma institucional dentro das Nações Unidas – ONU. No que se refere ao G8, há pessoas que o referem pelo status que o grupo tem no sistema global, mas não necessariamente se apresentam como tal na negociação ambiental e muito menos o G20, que embora já tenha pautado a questão climática em alguma de suas reuniões, nunca avançou muito em relação a isso.

IHU On-Line – Quanto às populações e países mais miseráveis, quem defende seus interesses diante das grandes potências produtoras e poluidoras? Por que a ONU não se posiciona de maneira mais firme? Que constrangimentos estão em jogo?

Maureen Santos – A ONU tem uma série de limitações, do ponto de vista da estrutura e da convenção de mudança climática. Do ponto de vista de declaração formal, eu já cansei de ver o Ban Ki-Moon⁴, entre outros representantes das Nações Unidas, posicionando-se de forma bem forte sobre os efeitos das mudanças climáticas, mas está clara essa limitação de efetividade do que a entidade pode fazer. Há diversas organizações do sistema ONU que têm relação com este debate. Há lacunas enormes, por exemplo, como a questão dos refugiados ambientais, em que não se tem a aceitação do conceito de refugiado ambiental nem mesmo dentro do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – Acnur.

Há muitos problemas, sim, em que a ONU poderia ser mais enfática, especialmente aos impactos dos países que já estão sofrendo e que têm uma diversidade absurda de vulnerabilidade, e com o aquecimento global esses aspectos serão ainda mais frequentes. A convenção não é capaz de criar constrangimentos para além daqueles que a opinião pública e a sociedade civil colocam aos países da convenção. Esse é um problema da forma legislativa, que parece ser um vácuo que deveria ser pensado. Havia toda uma discussão sobre o descumprimento do Protocolo de Kyoto⁵, de quem não cumprisse a legislação, medidas estabelecidas no próprio documento, mas que eram extremamente ínfimas. É por todas essas coisas que se considera que a ONU deixa a desejar, pois poderia ter uma corte internacional para julgar crimes ambientais e socioambientais, e é nesse sentido que ela poderia se dedicar mais, mas não se dedica.

IHU On-Line – Diante das limitações da ONU, que alternativas os países mais impactados têm para enfrentar os problemas climáticos?

Maureen Santos – Se contássemos somente com o sistema ONU para defender essas populações, seríamos bastante inocentes. Isso porque sabemos que o sistema é formado por Estados-Nacionais e eles têm a primazia nas decisões. Por isso a pressão doméstica é muito importante; no caso do Brasil há uma série de entidades, desde as populações tradicionais, que fazem essa articulação com o Estado brasileiro nestas disputas por interesses que são muito

¹ Barack Obama [Barack Hussein Obama II] (1961): advogado e político estadunidense. É o 44º presidente dos Estados Unidos, desde 2009. Sua candidatura foi formalizada pela Convenção do Partido Democrata, em 2008. (Nota da IHU On-Line)

² Por ocasião da COP-15, realizada em 2009, o presidente Barack Obama disse que o encontro internacional para discutir as mudanças climáticas em escala global teria sido “sem precedente”, mas reconheceu que não era suficiente para dar conta dos desafios impostos. (Nota da IHU On-Line)

³ Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): é um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD (Rio 92), realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. É um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente e funciona como um guarda-chuva legal/político para diversas convenções e acordos ambientais mais específicos. A CDB é o principal fórum mundial na definição do marco legal e político para temas e questões relacionados à biodiversidade (168 países assinaram a CDB e 188 países já a ratificaram, tendo estes últimos se tornado Parte da Convenção). (Nota da IHU On-Line)

⁴ Ban Ki-moon (1944): é o oitavo e atual secretário-geral da Organização das Nações Unidas, tendo sucedido o ganhador Kofi Annan em 2007. Antes de se tornar secretário-geral e embaixador dos Estados Unidos, Ban era um diplomata de carreira no Ministério de Relações Exteriores e Comércio da Coreia do Sul e na ONU. Ele entrou no serviço diplomático no ano em que se formou na universidade, assumindo seu primeiro posto em Nova Deli, Índia. No Ministério das Relações Exteriores, estabeleceu uma reputação de modéstia e competência. (Nota da IHU On-Line)

⁵ Protocolo de Kyoto: consequência de uma série de eventos iniciada com a Toronto Conference on the Changing Atmosphere, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo IPCC's First Assessment Report em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92, no Rio de Janeiro, Brasil (junho de 1992). Também reforça seções da CQNUMC. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que agravam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global. (Nota da IHU On-Line)

difíceis de garantir avanços, mas que são fundamentais. A Floresta Amazônica é um bom exemplo, pois se não houvesse as populações indígenas e as comunidades tradicionais, a floresta estaria destruída. O reconhecimento da existência dessas populações para o enfrentamento das questões ambientais é fundamental, também, para mostrar isso para o mundo todo.

IHU On-Line – A única alternativa às negociações climáticas é a econômica? Que outras opções podem ser viáveis?

Maureen Santos – Percebemos que há uma lacuna muito grande do ponto de vista de políticas públicas, que quando chegam a esses locais vêm através da financeirização da natureza. Isso se dá com pagamentos como do Bolsa Verde⁶, por exemplo, que acaba impedindo, de certa forma, o manejo que as comunidades estão acostumadas a fazer. Mas, para receber esse recurso, as pessoas precisam declarar uma renda tão baixa, que elas não conseguem acessar outros tipos de programa, como o Pronaf⁷. Cria-se, portanto, armadilhas para a própria comunidade para que não saia dessa situação. Há outros programas capitaneados pela iniciativa privada, que é o de precificar a natureza e o modo de vida, em vez de valorizar o trabalho, de criar políticas de crédito ou de criar feiras e projetos de renda associados a este trabalho que a população tradicional realiza e o produto que ela está revertendo. É preciso considerar que esses produtos têm um valor melhor, exatamente porque são feitos respeitando a natureza e permitindo que a população continue nestes locais. Essa discussão toda é

⁶ **Bolsa Verde:** o Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. (Nota da IHU On-Line)

⁷ **Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf):** foi criado em 1996 pelo Decreto 1.946 e possui como objetivo promover o desenvolvimento sustentável aos agricultores de pequeno porte e que empregam mão de obra majoritariamente familiar. (Nota da IHU On-Line)

“A ONU deixa a desejar, pois poderia ter uma corte internacional para julgar crimes ambientais”

algo com que nos preocupamos muito, primeiro porque ocorre por meio de contrato privado, pois sabemos o que estas situações contratuais podem gerar; segundo porque, além disso, criam-se certas identidades, como “servidor ambiental” ou “pagador de serviços ambientais”, que desconstroem uma série de heranças culturais e geram uma série de problemas que percebemos, sobretudo, com relação à forma em que política vai se estabelecendo e criando valor e valorização das populações, mas muito diferente da forma como elas sempre lutaram. Dentro da Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal – Redd⁸, já se começa a trazer toda essa negociação do mercado formal de carbono para essas populações. Isso tudo é uma maluquice. Trata-se de um problema muito sério e que o Brasil acabou entrando na onda.

IHU On-Line – Quanto ao atual projeto desenvolvimentista nacional, o que se pode perceber da postura do Brasil com relação à questão ambiental e sua relação com os países vizinhos?

Maureen Santos – Uma crítica que não é só ao Brasil, mas também aos demais países da América Latina, é a questão do neodesenvolvimentismo, do extrativismo – que era algo que havia sido reduzido no continente, mas que voltou com toda a pompa nos anos 2000 – e, ao mesmo tempo, do retrocesso na legislação ambiental e nas políticas do país. Isso fica clara-

⁸ **Reed:** trata-se de um mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação. Confira a edição 146 do Cadernos IHU ideias, com amplo debate sobre o tema, disponível em <http://bit.ly/1t9EQwV>. (Nota da IHU On-Line)

mente expresso na flexibilização do Novo Código Florestal Brasileiro,⁹ sobretudo com relação à forma como isso foi feito, à revelia da opinião pública e das populações que estão na floresta, da agricultura familiar, da sociedade civil, dos ambientalistas, etc. O que se percebeu é que a vontade política do agronegócio brasileiro foi determinante e permitiu que uma aberração como a que foi feita pudesse ter sido aprovada. Isto tudo está diretamente conectado à questão do neodesenvolvimentismo, porque há um retrocesso, também, das próprias políticas da produção para que pudesse haver uma retomada do crescimento do superávit primário.

Nos anos 1990, existia um desejo de diversificação da matriz exportadora, mas nos últimos dez anos há uma espécie de primarização desta pauta; com isso, é mais produção de grãos, mais latifúndio, mais crédito

⁹ **Novo Código Florestal:** o sítio do Instituto Humanitas Unisinos - IHU realizou uma série de entrevistas sobre o tema. Acesse: 27/06/2012 - “Rio+20 é o piso, e não é o teto” é uma frase triste e o recibo oficial do resultado pífo. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/MAzSD6>; 09/10/2011 - Mais estímulo ao desmatamento. Entrevista especial com André Lima, disponível em <http://bit.ly/1bOJHuv>; 28/05/2013 - Regulamentação do Código Florestal desagrada ruralistas, disponível em <http://bit.ly/19YXsZ>; 25/05/2013 - Código Florestal: 1 ano e pouco avanço, disponível em <http://bit.ly/154amjw>; 23/05/2013 - Sociedade civil lança Observatório do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/14UhnDq>; 22/05/2013 - Um ano do Código Florestal: tudo dito, nada feito, disponível em <http://bit.ly/18hmyj5>; 31/01/2013 - Subprocuradora propõe ações contra Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 29/01/2013 - Bancada ruralista se articula para derrubar vetos ao Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/Vy10fM>; 23/01/2013 - Procuradoria-Geral da República considera inconstitucionais vários dispositivos do novo Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/WUxr1T>; 22/01/2013 - Procuradoria Geral questiona trechos do Código Florestal no Supremo <http://bit.ly/Ykc94u>; 20/10/2012 - Verdes e ruralistas divergem sobre vetos a pontos do Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RL45C0>; 20/10/2012 - Depois da disputa do Código Florestal vem a da Mineração, aponta relator da Dhesca, <http://bit.ly/RL3SyY>; 19/10/2012 - Código Florestal: o que restou?, disponível em <http://bit.ly/WvYGog>; 27/09/2012 - Os velhos coronéis e o Código Florestal, disponível em <http://bit.ly/RkPTld>. (Nota da IHU On-Line)

tos e subsídio para estes setores da agricultura. Ainda que nos últimos anos tenha havido um aumento de crédito e políticas para a agricultura familiar e camponesa, a desigualdade de investimentos permanece. Isto tudo mostra os impactos na questão ambiental, visto o aumento do desmatamento, que voltou a acontecer desde 2005 estava em uma curva descendente das políticas de combate ao desmatamento, mas, especialmente no bioma do cerrado, percebemos uma expansão absurda dessa curva do desmatamento. A resposta mais concreta que está sendo dada à questão ambiental brasileira é a financeirização, com as Bolsas Verdes para financiar reserva legal, ou seja, se determinado produtor só poderia desmatar 10% de determinada área, mas desmata 20%, pode “comprar” uma cota de outra propriedade por meio da bolsa de valores com títulos de reserva ambiental. Isso é um processo de virtualização das próprias políticas e questões ambientais, que se forma de maneira muito complexa e é um enfrentamento que deve piorar nos próximos anos.

IHU On-Line – Após 20 anos de conferências climáticas internacionais, o que mudou na responsabilização dos países e o compromisso com combate ao aquecimento global?

Maureen Santos – Se compararmos a Convenção de Mudança Climática, com relação à biodiversidade, ou a Convenção de Viena¹⁰, com relação à camada de ozônio, percebemos que as medidas concretas e os compromissos adotados são bem reduzidos. Existe uma crítica muito grande de que a urgência do debate climático

“Há outros programas capitaneados pela iniciativa privada, como o de precificar a natureza e o modo de vida”

ocorre em concomitância com outras urgências, como, por exemplo, a crise da biodiversidade, que não é enfrentada da mesma forma. A discussão de mudança climática foi capitaneada pelo mercado e, por isso, mesmo que se estabeleçam metas, como no caso do Protocolo de Kyoto, que foram irrisórias e não tiveram efetividade nenhuma do ponto de vista de redução de emissões, percebe-se que políticas e instrumentos econômicos, no caso de mercado de carbono, são criados para acompanhar este processo. A questão é: até que ponto, ao criar novas metas de redução nos países mais poluentes, novos instrumentos econômicos – que trarão mais problemas – serão criados? Existe uma preocupação muito grande nesse sentido. O meu receio é quanto ao que pode acontecer quando criamos novas metas de redução. Ou seja, pode-se continuar emitindo poluentes, desde que haja dinheiro para comprar a cota de outro.

IHU On-Line – Tendo em vista o cenário atual, avançamos para quem e retrocedemos para quem?

Maureen Santos – Creio que continuaremos avançando para os setores que querem implementar esta economia verde, um avanço maior para os setores que são dominantes no agronegócio, por meio de uma agricultura de baixo carbono – seja lá o que isso quer dizer – trazendo elementos cada vez mais fortes do ponto de vista da política econômica e ganhos desses setores. Infelizmente,

te, não percebo nada que me traga uma esperança de setores que estejam pensando em alternativas concretas para o Brasil ou pensando um novo modelo de desenvolvimento, que me parece ser o grande ponto de discussão que não é tocado. Qual o modelo de desenvolvimento que queremos para enfrentar o problema ambiental e poder construir um mundo sem um passivo para as próximas gerações? Este é um ponto do debate que as convenções não tratam, os Estados não estão tratando, mas que as populações tradicionais e a sociedade civil vêm tocando a todo momento.

IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?

Maureen Santos – Do ponto de vista da sociedade civil, estamos em um ano que vai ser de bastante trabalho e articulação com a próxima COP-20, que ocorrerá na América Latina, em Lima, no Peru, de 1º a 12 de dezembro de 2014. Vai ser uma convenção que é amazônica, indígena. Este evento traz alguns elementos, não do ponto de vista oficial, mas da perspectiva da construção social, pois será um ponto de encontro importante da sociedade civil para se fortalecer e para as populações tradicionais trocarem experiências. Além disso, para a América Latina será importante, sobretudo para tentarmos construir alguma coisa, pensar novas formas de fazer política e de atuar no tema ambiental, que é muito mais amplo que a mudança climática.

Leia mais...

- *COP-17: um compromisso político.* Entrevista com Maureen Santos publicada nas **Notícias do Dia**, de 15-12-2011, disponível em <http://bit.ly/1ssUv8l>.
- *COP-17 e o impasse de Kyoto.* Entrevista especial com Maureen Santos publicada nas **Notícias do Dia**, 24-10-2011, disponível em <http://bit.ly/1sNxEq0>.

¹⁰ **Convenção de Viena:** Em 1985, um conjunto de nações reuniu-se na Áustria manifestando preocupação técnica e política quanto aos possíveis impactos que poderiam ser causados com o fenômeno da redução da camada de ozônio. Nesta ocasião foi formalizada a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. Em linhas gerais, o texto da Convenção enunciava uma série de princípios relacionados à disposição da comunidade internacional em promover mecanismos de proteção ao ozônio estratosférico, prescrevendo obrigações genéricas que instavam os governos a adotarem medidas jurídico-administrativas apropriadas para evitar tal fenômeno. (Nota da IHU On-Line)

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Destaques On-Line

Entrevistas especiais feitas pela **IHU On-Line** no período de 06-05-2014 a 16-05-2014, disponíveis nas **Entrevistas do Dia** do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br).

“Está em curso, no Brasil, uma concentração da propriedade da terra”

Entrevista com João Pedro Stédile, líder do MST.
Publicada no dia 16-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu160514>

A luta pela reforma agrária, que durante os séculos XIX e XX visava combater o latifúndio para democratizar o acesso à terra, hoje, tem outros adversários: “o capital financeiro, que domina a produção agrícola, as grandes empresas transnacionais e, óbvio, os fazendeiros que se modernizaram e aderiram a essa aliança”, esclarece o líder do MST, João Pedro Stédile à **IHU On-Line**. Na entrevista a seguir, concedida pessoalmente, quando esteve na Unisinos, Stédile explica quais são as análises internas do MST em relação à reforma agrária, avalia os 12 anos dos governos Lula e Dilma e rebate as críticas, recebidas por setores intelectuais, de que os movimentos sociais foram cooptados pelo Estado a partir da ascensão do PT à presidência.

Desnutrição: um problema de saúde pública

Entrevista com Maria Luiza Garnelo Pereira, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz em Manaus e professora visitante da Philipps University of Marburg, Alemanha.
Publicada no dia 15-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu150514>

Os dados em relação à desnutrição crônica das populações que vivem na Região Norte do Brasil, incluindo os indígenas, “são surpreendentes considerando a integridade das florestas e do meio ambiente”, constata a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz de Manaus, Maria Luiza Garnelo Pereira. Em entrevista à **IHU On-Line**, ela aponta que os casos de desnutrição estão associados à “intrusão nos territórios desses povos, mudanças nos modos de vida deles e a uma entrada maciça de alimentos industrializados”. E adverte: a alimentação fundamentada em “calorias vazias” afeta não apenas a população indígena, mas toda a população de baixa renda.

Acesso à alimentação é uma questão de direito humano, e não só de política pública

Entrevista com Paulo Leivas, Procurador Regional da República do Rio Grande do Sul.
Publicada no dia 14-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu140514>

O arcabouço legal que garante o acesso à alimentação adequada já existe e é garantido pela Constituição Federal brasileira. Contudo, o Brasil precisa de “instrumentos mais claros e específicos para a exigibilidade desse direito”, avalia o Procurador Regional da República do Rio Grande do Sul, Paulo Leivas, em entrevista concedida à **IHU On-Line**. A preocupação está relacionada com o fato de que as pessoas não sabem a que órgãos recorrer quando se encontram em uma situação de insegurança alimentar ou de violação do direito à alimentação. “Talvez o que esteja faltando seja um órgão específico para a proteção e a realização do direito à alimentação em cada esfera de governo”, pondera.

O mal-estar social e uma herança de desigualdades. Desafios a serem superados

Entrevista com Tânia Bacelar de Araújo, professora no Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.
Publicada no dia 12-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/ihu120514a>

“O governo é um ente que, quando entra na economia, não gera renda; ele apropria a renda que a economia gera”, pondera a economista Tânia Bacelar. “Quando dizemos que o governo paga, alguém está pagando pelo governo, e geralmente são os que têm menos poder de pressão no governo que pagam”. Em entrevista concedida à **IHU On-Line**, Bacelar aponta que interferências como essa, acompanhadas de complicadores externos e internos, geraram a “espiral em que estamos há duas décadas”, com uma elevada dívida pública, pontua. A solução para resolver essa questão, contudo, não consiste na manutenção de um estado mínimo, mas sim em “reequilibrar a conta do governo”.

O desperdício de alimentos no Brasil

Entrevista com Walter Belik, professor livre-docente pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.
Publicada no dia 11-05-2014
Acesse o link <http://bit.ly/1nnZYzF>

“Precisamos ter uma medida exata do desperdício, porque existe um certo pânico quando se trata dessa questão”, adverte o economista e professor

da Unicamp Walter Belik. Ele alerta que não há uma resposta para a pergunta: Qual é o tamanho do desperdício de alimentos no Brasil?, e explica que as pesquisas realizadas para identificar qual a porcentagem dos alimentos desperdiçados no país não seguem metodologias “compatíveis com a realidade brasileira”. Muitas pessoas que fazem pesquisa de desperdício vão ao varejo ou à feira e perguntam para o feirante quanto ele perdeu. Então, como ele calcula isso? Se ele vende a banana por R\$ 3,00 a dúzia e no fim da feira vende por R\$ 1,50, ele calcula que perdeu 50%. Nesse caso, ele fez uma conta em valor, ou seja, desperdício para ele é isso. No caso do peso, é complicado também fazer uma avaliação, porque, afinal, como você pesa as coisas? A melancia, por exemplo, tem bastante peso por causa da casca, e consumimos muito pouco dela, embora os nutricionistas insistam para utilizarmos a casca da melancia para diversas coisas. Nesse sentido, se você pesa o que está jogando fora, o peso é a maior parte do componente alimentar daquele alimento. As estatísticas são muito enviesadas por conta disso”, assinala.

Para além dos dados. Observatórios de Segurança Alimentar no Brasil e em Cabo Verde.

Entrevista com Rumi Regina Kubo, professora no Departamento de Ciências Econômicas e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Publicada no dia 08-05-2014

Acesse o link <http://bit.ly/QhCyNB>

“Na análise quantitativa, uma família é mais um número dentro de um todo. O cálculo da média de produção pode dar a entender que existe alimento suficiente para todos. No entanto, disponibilidade não é o mesmo que acesso”, ressalta a bióloga Rumi Regina Kubo. “No Brasil, temos uma série de dados para consulta, disponibilizados pelo IBGE ou outros institutos”, explica a pesquisadora e coordenadora do Observatório Socioambiental em Segurança Alimentar e Nutricional. “Mesmo assim, estes dados são insuficientes para se pensar políticas públicas mais específicas”, afirma Rumi Kubo.

Transgênicos e agrotóxicos. Tudo a ver?

Entrevista com Alan Tygel, doutorando no Programa de Pós-Graduação em Informática da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFFRJ.

Publicada no dia 07-05-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1XV0Y1>

“Temos um governo com uma cara popular, mas que no fim das contas manteve as velhas estruturas”, avalia Alan Tygel, da Cooperativa Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão – EITA, que reúne programadores e educadores populares com o objetivo de colocar a informática a serviço dos movimentos sociais e da luta popular. “O governo federal vem tentando manter uma política dupla-face de apoiar o agronegócio da maneira tradicional, com financiamentos que chegam a R\$ 120-140 bilhões para a monocultura de soja e de milho, as quais já ocupam quase 90% do território agricultável brasileiro, e ao mesmo tempo faz políticas de fortalecimento da agricultura familiar camponesa”, diz ele. “O aumento do uso de agrotóxicos no Brasil está intimamente ligado à liberação dos transgênicos no país no ano 2000. Há um aumento gradativo do número de culturas aprovadas e da área plantada de transgênicos”, assinala, antes de completar: “No início dos transgênicos, havia uma falsa propaganda de que eles iriam acabar reduzindo o uso de agrotóxicos e aumentar a produtividade, mas não aconteceu nem uma coisa nem outra”.

A exploração ambiental na Amazônia e a promessa de desenvolvimento

Entrevista com Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior, professor no Departamento de Sociologia e Antropologia e nos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Publicada no dia 06-05-2014

Acesse o link <http://bit.ly/1nguk6Z>

“O ‘atraso’ da região amazônica não é devido à falta de ‘desenvolvimento’, mas sim uma consequência do próprio desenvolvimento”, enfatiza o sociólogo Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. Os reflexos do Projeto Grande Carajás, implementado na Amazônia oriental nos anos 1980, podem ser verificados ainda hoje, 30 anos depois, diante do crescimento econômico proporcionado em estados como o Maranhão, que é a 16ª economia entre os estados brasileiros. Contudo, a aparente expansão econômica “não significa melhoria da qualidade de vida” da população que vive no entorno da região onde se desenvolveu o projeto de exploração mineral, avalia o docente. “A grande expansão econômica tem provocado uma situação que leva a péssimos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH, alto grau de exportação de trabalhadores para trabalho escravo, péssima assistência à saúde e à educação, altos índices de violência urbana e rural, somente para citar alguns indicadores”, relata. Ao invés do desenvolvimento, o Projeto Grande Carajás gerou “concentração de terras, a violência e a miséria no campo, o inchaço urbano e maior concentração de renda”.

Entrevista da Semana

Pensamento em rede – Net-ativismo e lógica conectiva nas configurações da pós-política

O sociólogo Massimo Di Felice incentiva a fuga do pensamento linear para o de uma lógica conectiva, compreendendo, entre outras relações, o humano como a essência da técnica e a técnica como essência do humano

POR ANDRIOLLI COSTA

Como compreender uma estrutura não estruturada? Uma organização desorganizada? Um movimento que parte da virtualidade das conexões da web em direção às ruas apenas temporariamente, mas que logo se dissolve? Um grupo sem rostos ou líderes, sem propostas estruturadas e, mais do que isso, sem o desejo de participar do teatro político mundial seguindo as mesmas regras dos jogadores veteranos?

Para Massimo Di Felice, sociólogo e professor da Universidade de São Paulo – USP, a dificuldade em compreender (ou mesmo de aceitar) estas mobilizações construídas em diálogo com tecnologias de conectividade – o chamado Net-ativismo – vem da manutenção de uma lógica da política moderna, predominantemente europeia e ocidental. Para ele, ao considerar este tipo de ação política, devemos compreender outro tipo de ação “cuja qualidade deve remeter a uma ecologia que associa atores humanos e não humanos”.

A lógica ocidental está tão entremeada em nossa sociedade que, mesmo com o rompimento de paradigmas positivistas e a emergência de uma visão sistêmica, ainda há a insistência na visão dualista da relação entre sujeito e objeto, sujeito e natureza ou mesmo sujeito e técnica. Di Felice sugere a assunção de uma lógica cognitiva, que compreenda a totalidade não como a soma de individualidades em relação, mas as próprias relações – ou rede de redes – como condição de existência. “Heidegger dizia que a essência do humano é a técnica, mas também pode-se dizer, de maneira não contraditória, que a essência da técnica é o humano”

Em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Di Felice explora sua visão sobre net-ativismo, a mediação das relações humanas e políticas pela tecnologia e os fundamentos de uma visão pós-política – tanto a partir de outro tipo de participação cidadã quanto pela consciência

das decisões não apenas a nível humano, mas de toda a biosfera. “Não é apenas o modelo econômico que determina o nosso impacto ambiental, mas um problema filosófico mais profundo, baseado nesta separação entre humano e mundo; nesta narrativa que pensa o humano como uma espécie separada do resto da realidade.”

Massimo Di Felice é graduado em Sociologia pela *Università degli Studi La Sapienza*, de Roma, Itália; possui doutorado em Ciências da Comunicação pela USP e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Paris Descartes V, de Sorbonne, França. Professor na Escola de Comunicações e Artes da USP, coordena o Centro de Pesquisa Atopos (ECA/USP), que desenvolve estudos sobre as transformações sociais promovidas pelo advento das novas tecnologias comunicativas digitais. É professor visitante da *Libera Università di Lingue e Comunicazione* (IULM) de Milão, Itália, e autor de ensaios e artigos editados na Itália em revistas acadêmicas tais como *La Critica Sociologica* e *Agalma*. No Brasil, coordena a coleção Era Digital, na qual é organizador das obras *Do público para as redes* (2008) e *Pós-humanismo* (2010), e a coleção Atopos (Editora Annablume), na qual publicou os livros *Paisagens pós-urbanas: O fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar* (2009) e *Redes digitais e sustentabilidade: As relações com o meio ambiente na época das redes* (São Paulo: Annablume, 2012).

O pesquisador esteve na Unisinos na última quarta-feira (14), ministrando a palestra *Os efeitos pós-políticos da emergência do Net-ativismo*, parte do III Seminário preparatório para o XIV Simpósio Internacional IHU – *Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades. A modelagem da vida, do conhecimento e dos processos produtivos na tecnociência contemporânea*. A programação completa do simpósio, que ocorre de 21 a 24 de outubro de 2014, está disponível em <http://bit.ly/3SemXIV>.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – A partir do tema de sua palestra, é preciso perguntar: Quais os efeitos pós-políticos da emergência do Net-Ativismo?

Massimo Di Felice – Primeiramente, é importante dizer que o que chamamos de net-ativismo é o resultado de uma prática de protagonismo e ativismo – isto é, de mobilização de pessoas – construída em diálogo com tecnologias de conectividade. Isso significa o agir não só pelos indivíduos, mas por indivíduos conectados a dispositivos de conexão e banco de dados (*big data*). Há, portanto, a formação de outro tipo de ecologia, que reúne ao mesmo tempo indivíduos, informações, circuitos informativos, banco de dados e territórios (territorialidades). A primeira coisa a ser sublinhada é que não estamos falando de uma ação política como podemos pensá-la, imaginá-la ou descrevê-la segundo a tradição dos estudos políticos ou das ciências sociais de outra época. Estamos falando de outro tipo de ação, cuja qualidade deve remeter a uma ecologia que associa atores humanos e não humanos.

A partir deste primeiro esclarecimento, o net-ativismo – termo que utilizamos para descrever esse tipo de interação – está se conotando como uma nova prática de protagonismo no mundo inteiro. Não é algo específico de um país ou de outro, mas é toda uma nova forma de participação que está se dando através da interação fértil entre circuito, dispositivo e pessoa. Isso conota um novo tipo de cidadania e, também, um novo tipo de participação, cujas características podemos destacar em alguns elementos:

Primeiro, o **anonimato**. São movimentos que têm uma grande ênfase em um protagonismo individual. Que não têm líderes ou criadores, mas que tomam forma no decorrer das atividades e, neste interim, passam a assumir bandeiras ou, mais do que bandeiras, indicações específicas que não estavam previstas no começo. Portanto, pelas características de conectividade, são movimentos que não estão vinculados a alguma entidade.

Outro elemento importante é que eles não podem ser inscritos na **lógica ideológica** da modernidade. Não são de esquerda nem de direita e, portanto, não possuem nem mesmo

“Heidegger dizia que a essência do humano é a técnica, mas também pode-se dizer, de maneira não contraditória, que a essência da técnica é o humano”

a ambição da formação de um movimento duradouro institucional, como um partido político ou algo do gênero. São movimentos que se associam e desassociam, isto é, são temporários. Ou conforme Hakim Bey¹, são libertações temporárias de espaços e de pessoas. Expressões de uma forma orgástica, no sentido grego do termo ὄργια (*orgia*), de conexão de indivíduos em volta de uma temática comum momentânea.

O terceiro elemento é que os movimentos estão fora da lógica, no sentido do pós-político, da **arquitetura política** do ocidente. Esta, da pólis grega até a modernidade, é baseada em alguns elementos: a *eleição de representantes* (a democracia representativa) e a *disputa pelo poder*, com a alternância de governos. Esses movimentos estão fora dessa lógica. Não disputam eleições, não elegem ninguém, mas estão ligados a uma forma

¹ **Hakim Bey:** É o pseudônimo de Peter Lamborn Wilson historiador, escritor e poeta, pesquisador do Sufismo bem como da organização social dos Piratas do século XVII, teórico libertário cujos escritos causaram grande impacto no movimento anarquista das últimas décadas do século XX e início do século XXI. Seu livro *T.A.Z.: Zona Autônoma Temporária* escrito em 1985 foi traduzido para vários idiomas sendo lido no mundo todo. Nele, a partir de estudos históricos sobre as utopias piratas, descreve a criação e propagação de espaços autônomos temporários como tática de resistência e esvaziamento do poder. (Nota da IHU On-Line)

de interação tecnológica, que exprime um tipo de ecologia social distinta da tradicional.

Assim, me parece que há alguns elementos muito importantes que nos fazem pensar não somente a necessidade de pensar as categorias políticas, mas também a qualidade da ação e a ecologia do social.

IHU On-Line – Muito se discute sobre a questão pós nas humanidades. Quais características permitem se pensar em uma pós-política? Como ela se insere na pós-modernidade?

Massimo Di Felice – Como sempre, o termo “pós” é ainda muito moderno, não é? Ao darmos ao termo um sentido evolutivo, estaremos ainda na modernidade. Devemos dar a este “pós” um sentido não diacrônico, de superação, mas sim um sentido atópico – isto é, de deslocamento em outra direção, que não é necessariamente um processo evolutivo. Assim, o pós-moderno não é a transformação do moderno, mas outra forma de ler a pós-modernidade naquele período histórico. Da mesma forma, na minha interpretação, o pós-político não é a evolução da democracia ou da política, mas outra forma de pensar o público, a cidadania e as relações.

Esclarecido isso, há vários elementos que dialogam com a pós-modernidade. Em particular, esse desfazer da construção da linguagem moderna europeia das ciências sociais positivistas sobre o mundo. Por exemplo: a distinção *sujeito-objeto*; pensar a ação do sujeito como uma ação do sujeito racional direcionada ao mundo externo; a distinção entre o *sujeito* e a *técnica*; a relação entre *sujeito* e *tecnologia*. Todas essas são questões que a pós-modernidade, de certa forma, põe em discussão e obviamente a pós-política está ligada a isso. Mas, em específico, a pós-política pode ser uma forma de pensar o político em uma dimensão de hipercomplexidade. Algo parecido com o que Isabelle Stengers² define como *cosmopolítica*.

² **Isabelle Stengers (1949):** Filósofa belga, professora de Filosofia da Ciência na Universidade Livre de Bruxelas. Stengers é autora de livros sobre a Teoria do Caos, como *O Fim das Certezas: tempo, caos e as leis da Natureza*, em coautoria com Ilya Prigogine e A invenção das Ciências Modernas, ins-

A cosmopolítica seria esta forma de pensar o político em um contexto de hipercomplexidade, um contexto de uma rede de redes, no qual se considera o agir não só pelos humanos, mas também o agir do dispositivo, da tecnologia, do banco de dados. Isto é, a construção de uma nova arquitetura do social que inclua, além dos humanos, também os elementos não humanos – entendendo como elemento não humano toda a biosfera. Neste sentido, é a superação do conceito de política moderna que era limitado ao parlamento; um parlamento de pessoas, no qual os indivíduos elegiam alguém que os representava e administrava a cidade ou o Estado-Nação a partir da exigência dos humanos.

Hoje, com as redes e a conectividade, temos a consciência de que existem outros atores, e que nossas ações impactam também na biosfera. E nela não existe a ideia de uma ação direcionada ao externo. Na biosfera não há externalidade e, portanto, nossas ações (políticas, econômicas, de desenvolvimento, de consumo, etc.) têm impacto imediato na biosfera, que, por sua vez, vai impactar na nossa saúde. Percebemos isso em termos de qualidade do ar, aquecimento global, diminuição de biodiversidade e outros.

Esta concepção da ação nesta outra ecologia cosmopolítica e complexa constitui em pensar que o nosso parlamento deveria ser composto não só pelas pessoas, mas pela biodiversidade inteira. Pelos animais, pelas plantas, pelas florestas, pelas matérias-primas. Existe hoje uma percepção que vem desta alta conectividade que os dispositivos tecnológicos estão alcançando, nos dando a percepção clara não só do impacto da nossa ação, mas também da existência de um outro tipo de discussão no qual deve ser inserido o elemento não humano. Neste sentido, seria pensar um tipo de política que não seja a da pólis, que não esteja limitada ao debate das ideias e das opiniões entre os humanos, mas que seja uma política mais complexa, que introduza o não humano no ambiente das decisões e que passe a ter uma visão comple-

xa do significado da ação e do fazer humano.

IHU On-Line – Ao pensar na constituição de um novo tipo de ecologia, a partir da sinergia e da interação dos diversos *actantes*, nos termos de Latour, como encarar a relação do ser humano com a técnica? Até que ponto realmente esta dimensão ecossistêmica não permanece sendo opositiva e separatista?

Massimo Di Felice – Esta é uma pergunta muito profunda e de fato é aquela que devemos nos pôr. O que devemos pensar, de fato, é primeiramente a redefinição do conceito do humano. A definição ou a ideia do humano criada pelo ocidente – e quando falo em ocidente, obviamente estou falando de parte do ocidente, daquela que tradicionalmente estudamos, que começa da Grécia antiga até a Modernidade madura –, seja pelo colonialismo, seja pela grande divulgação das filosofias ocidentais, acaba influenciando boa parte do mundo, se não o mundo inteiro. No interior dessa cultura, que obviamente não é homogênea, mas, digamos, na síntese que normalmente se faz sobre a cultura ocidental, a ideia do humano, desde Platão³ e Sócrates⁴ até Kant⁵ e

a modernidade, é a ideia de uma individualidade ou de uma espécie não somente superior às demais, mas também autopoietica.

O mundo das formas, dos mitos, da narrativa europeia ocidental sobre o humano é o autopoietismo, isto é, a possibilidade de pensar que o humano se transforma no tempo e muda a si mesmo a partir de uma elaboração, seja de ideias ou atividades próprias, internas, sem dependência com o mundo externo. Assim, a tecnologia não teria um papel nesta transformação do humano, o meio ambiente também não. Este é o mito do sujeito autopoietico.

Esta concepção do humano separado, obviamente, cria uma dialética entre o sujeito e o objeto, o sujeito e o mundo, o sujeito e a natureza, o sujeito e a técnica, que são o fundamento da crise não só do pensamento, mas também da crise ecológica contemporânea que condena a espécie humana ao desaparecimento. Não é apenas o modelo econômico que determina o nosso impacto ambiental, mas um problema filosófico mais profundo, baseado nesta separação entre humano e mundo; nesta narrativa que pensa o humano como uma espécie separada do resto da realidade.

Para, portanto, pensar uma dimensão ecossistêmica ou ecológica distinta, devemos compor outras palavras. Devemos pensar o humano de

3 Platão (427-347 a. C.): filósofo ateniense. Criador de sistemas filosóficos influentes até hoje, como a Teoria das Ideias e a Dialética. Discípulo de Sócrates, Platão foi mestre de Aristóteles. Entre suas obras, destacam-se *A República* (São Paulo: Editora Edipro, 2012) e *Fédon* (São Paulo: Martin Claret, 2002). Sobre Platão, confira e entrevista *As implicações éticas da cosmologia de Platão*, concedida pelo filósofo Marcelo Perine à edição 194 da revista *IHU On-Line*, de 04-09-2006, disponível em <http://bit.ly/pteX8f>. Leia, também, a edição 294 da Revista *IHU On-Line*, de 25-05-2009, intitulada *Platão. A totalidade em movimento*, disponível em [/bit.ly/xdSEVn](http://bit.ly/xdSEVn). (Nota da *IHU On-Line*)

4 Sócrates (470 a. C. - 399 a. C.): filósofo ateniense e um dos mais importantes ícones da tradição filosófica ocidental. Sócrates não valorizava os prazeres dos sentidos, todavia escalava o belo entre as maiores virtudes, junto ao bom e ao justo. Dedicava-se ao parto das ideias (Maiêutica) dos cidadãos de Atenas. O julgamento e a execução de Sócrates são eventos centrais da obra de Platão (*Apologia e Criton*). (Nota da *IHU On-Line*)

5 Immanuel Kant (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no roman-

tismo alemão e nas filosofias idealistas do século XIX, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou *noumenon*), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A *IHU On-Line* número 93, de 22-03-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant foi publicado o *Cadernos IHU em Formação* número 2, intitulado *Emmanuel Kant - Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista *IHU On-Line*, de 06-05-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <http://bit.ly/ihuon417>. (Nota da *IHU On-Line*)

pirado em Bruno Latour. (Nota da *IHU On-Line*)

outra maneira. A etimologia da palavra humano vem de *húmus*, que em latim significa “fertilidade”. A palavra é utilizada na biologia para descrever os resíduos do solo que o tornam fértil. Se pensarmos o humano a partir do húmus, já nos abrimos para uma perspectiva menos opositiva. Mas, de fato, a perspectiva ecológica pode ser ainda positiva se pensarmos apenas em termos agregativos, como pensa Latour⁶, por exemplo, em que atores diferentes se agregam e formam uma ecologia, mas em que cada um continua mantendo a própria identidade separada. Os animais de um lado, vegetais de outro, bem como os minerais, o humano, a tecnologia, etc. Ainda estaremos em uma lógica agregativa que não supera esta distinção opositiva.

A superação desta distinção pressupõe, primeiro, uma nova etimologia, uma nova filosofia e uma nova lógica que eu defino como “lógica conectiva”. Esta é de uma complexidade em que cada elemento não existe em si, mas encontra a própria dimensão a partir da conexão com os demais. Assim, o humano se torna humano a partir de sua conexão com a tecnologia, com a biodiversidade e com o ambiente que o forma e o torna, em determinado período, uma determinada espécie ou determinada entidade. Esta entidade, obviamente, está sujeita continuamente a transformações e a novos estatutos de sua própria espécie, a partir de outros tipos de conectividade.

Nessa perspectiva, podemos começar a pensar um tipo de complexidade que não reduz o indivíduo, não dilui a especificidade em uma complexidade anônima, nem é, ao mesmo tempo, um agregador de individualidades. É uma forma que está na lógica da conectividade que encontra o surgimento de especificidades a partir

6 Bruno Latour (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica - ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law - no desenvolvimento da ANT - Actor Network Theory (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da IHU On-Line)

“Esses movimentos não disputam eleições, não elegem ninguém, mas estão ligados a uma forma de interação tecnológica, que exprime um tipo de ecologia social distinta”

da conexão de vários elementos. Algo próximo do que Heidegger⁷ define como ontologia relacional. Quando ele define a ontologia relacional, pen-

7 Martin Heidegger (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947), *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, a IHU On-Line publicou na edição 139, de 02-05-2005, o artigo *O pensamento jurídico-político de Heidegger e Carl Schmitt. A fascinação por noções fundadoras do nazismo*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon139>. Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-06-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 03-07-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, o nº 12 do *Cadernos IHU Em Formação*, intitulado *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>. Confira, também, a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista *IHU On-Line*, de 10-05-2010, disponível em <http://bit.ly/ihuon328>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica, parte integrante do ciclo de estudos *Filosofias da diferença* - pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da IHU On-Line)

sa o ser com a interação entre quatro elementos: o céu, a terra, os divinos e os mortais, onde cada elemento é incutido no ser e encontra nele sua própria definição.

Penso que esta é uma grande questão, fundamental para passarmos de um tipo de humanidade poluidora, antiecológica, opressora e negativa para outro tipo de humanidade, conectiva e, portanto, mais inteligente.

IHU On-Line – Ao pensar a técnica como uma ação humana, que com sua naturalização faz com que o ser humano passe a servi-la, e não o contrário, a mediação das relações humanas e políticas pela técnica esvazia ou supera estas mesmas relações?

Massimo Di Felice – Não sei se esvaziar ou superar é correto. A mediação humana sempre foi tecnológica. Isto é, a especificidade da interação do homem com o mundo sempre se deu através da técnica, dando a esta um significado mais amplo que o instrumental. A escrita é uma técnica, o alfabeto fonético é uma tecnologia de armazenamento e transmissão de informações.

A técnica não é nem apenas uma criação humana, nem algo externo ao humano. A concepção que devemos utilizar ao pensar a técnica deve ser conectiva. Ou seja, o humano não existe sem a técnica, e esta, ao mesmo tempo, oferece ao humano a possibilidade de exercer a sua humanidade. Neste sentido, a técnica não é externa ao humano, assim como a biodiversidade também não é. Então voltamos à necessidade de superar o conceito tanto de humano quanto de técnica. Afinal, ao pensar em “humano” e “técnica”, estamos pensando em duas realidades, duas entidades separadas. Que é como a filosofia pensou. Hoje devemos pensar em termos que associem o que a filosofia separou.

Michel Puech⁸ fala de *homo sapiens technologicus* que, para ele, seria

8 Michel Puech (1960): filósofo francês, professor da Université Paris-Sorbonne. É autor de *Kant et la causalité. Étude sur la formation du système critique* (Paris: Vrin, 1990), *La philosophie en clair. 10 classiques sérieusement dépoussiérés* (Paris: Ellipses, 1999), *Homo sapiens technologicus. Philosophie de la technologie contemporaine, philosophie de la sagesse contemporaine* (Paris, Le Pommier,

um novo tipo de espécie. Uma espécie distinta do *homo sapiens*, pois se desenvolve e se transforma em relação com a técnica, ele fala de coevolução entre humano e tecnologia. Heidegger dizia que a essência do humano é a técnica, mas também se pode dizer, de maneira não contraditória, que a essência da técnica é o humano.

Isso é muito visível em nossa relação com a tecnologia digital. Um dispositivo não produz nada a menos que nos conectemos a ele. Não somente isso, mas a qualidade da conexão depende de nós e do conjunto de disponibilidades que o dispositivo oferece. A complexidade da relação entre o humano e a técnica não pode ser manifestada de forma dualista. No ensaio sobre a técnica, Heidegger escreve isso muito bem. Diz que, se continuarmos a pensar a relação com a técnica em termos dualistas e opositivos, não teremos outra possibilidade: ou é o humano que domina a técnica ou é a técnica que domina o humano. Isto é, a relação sujeito-objeto leva a uma lógica de dominação.

Nós devemos substituir esta lógica por uma lógica conectiva, ao pensar que nem a técnica é externa ao humano e tampouco o humano é externo à técnica. Portanto, cada um encontra na interação com o “outro”, que não é outro, a sua própria essência. Devemos pensar um conceito de humano ecológico, em que o humano é composto por elementos biológicos, naturais (proteínas, células, etc.) e elementos também minerais. Se sairmos da ideia do sujeito e começarmos a pensar como uma rede, veremos que a tecnologia faz parte do nosso corpo, de nossa especificidade. E isso é o que nos torna humanos.

Falávamos da leitura. Ela é uma tecnologia, mas como poderíamos pensar nosso conhecimento sem a leitura? A leitura é um fundamento tecnológico que contribui para a criação de nossa inteligência. Então, nossa inteligência não é algo que está apenas em nosso cérebro, mas algo que deve ser exercitado e treinado através de várias funções, entre elas a leitura. O que McLuhan⁹ chamava de “homem

tipográfico” é o homem que passa a conhecer e interagir com o mundo através da tecnologia – no caso, a mídia livro. Hoje estamos agregando, ao lado desta tecnologia, a criatura cognitiva, que nos dá a possibilidade de construir também outros tipos de conhecimentos inteligentes.

IHU On-Line – As manifestações do ano passado foram um marco na historiografia brasileira, articulando-se mundialmente com um espírito de insatisfação que percorre sociedades de todo o mundo e denotando uma crise geral nas instituições (governos, bancos, mídia, etc.). Pode-se entender que a nova ecologia que vem se estabelecendo, ao construir uma nova relação de proximidade e pluralidade de voz, “dessacraliza” as instituições a partir de uma ótica mais crítica e iconoclasta? Ou são outros os motivos que levam a esta visão mais crítica?

Massimo Di Felice – Com certeza dessacraliza, e isso dando ao termo “sagrado” um sentido não etimológico. Obviamente pode ser visto como uma operação mais crítica, mas também como uma operação emancipadora, ou seja, da população se livrar de instituições ineficientes, que gastam dinheiro público e oferecem serviço escasso. Nesse sentido, no caso do Estado, hoje teríamos tecnologias de administração das coisas públicas melhores que o Estado moderno, com a organização em rede, com o acesso de informações, com a possibilidade de disseminação de informações, possibilitando uma forma de administração mais aberta e colaborativa e, sobretudo, mais inteligente e eficaz. Deste ponto de vista, esses movimentos estão de fato dessacralizando essas instituições.

Por outro lado, é também uma exigência tecnológica, que faz tornar obsoleta ou inadequada a possibilidade ou a limitação que a arquitetura

da democracia europeia ocidental produzia, que é a lógica da representatividade a qual limita a participação do cidadão à eleição a cada quatro anos. Nós, hoje, temos tecnologia que nos permite não somente opinar em tempo real a custo zero, mas que possibilitaria até mesmo fazer eleições todos os dias. Ou, pelo menos, debater questões de seu interesse todos os dias por meio de tecnologias de conectividade e pela possibilidade de administrar uma grande quantidade de informações, através do banco de dados e computadores, acesso a todas as informações. É o que se chama de *sociedade dos amadores*, nós não precisamos de especialistas para tomar as decisões por nós. A população é muito bem informada, pode se tornar ainda mais informada com a tecnologia e as redes de conhecimento.

Existem redes de cidadãos que estão há muito tempo se organizando, produzindo conhecimento para resolver problemas. Talvez, nesse sentido, a mediação política se tornou obsoleta por vários motivos. Primeiro porque cria uma forma de participação limitada, com a possibilidade de exercer sua cidadania de 4 em 4 anos. Segundo porque, como se revela na maioria dos casos, esses eleitos são incompetentes. Ou ao menos têm uma inteligência muito inferior à inteligência coletiva, que pode ser agregada à tecnologia em rede. Então, por que devemos delegar a alguém escolher para nós?

Outra grande crítica à instituição está no fato de que a inteligência coletiva é mais eficaz que a soma das inteligências individuais. O mundo não quer mais eleger alguém que escolha por ele, mas quer participar da escolha, porque agregar inteligência humana e artificial é muito mais eficiente do que um grupo eleito para decidir por nós.

IHU On-Line – Frente à iminência de um grande evento como a Copa do Mundo, que mais do que nunca vem sendo questionado devido às notícias constantes de ingerência e promiscuidade com os gastos públicos no superfaturamento de obras inconclusas, você acredita que poderemos ver uma nova articulação de grupos sociais igualmente representativos como os de junho passado?

1980): sociólogo canadense. Fez, em suas obras, uma crítica global de nossa cultura, apontando o fim da era do livro, com o domínio da comunicação audiovisual. Seus principais livros são *A galáxia de Gutenberg* (1962) e *O meio é a mensagem* (1967). Confira a edição 357 da IHU On-Line, de 11-04-2011, intitulada 100 anos de McLuhan: um teórico de vanguarda, disponível em <http://bit.ly/oZJlRh>. (Nota da IHU On-Line)

2008) e *Développement durable : un avenir à faire soi-même* (Paris: Le Pommier, 2010) (Nota da IHU On-Line)

9 Herbert Marshall McLuhan (1911-

Massimo Di Felice – Tomara, mas agora há um elemento muito triste que deve ser destacado. Houve uma repressão violentíssima da polícia, uma barbárie que levou a torturas, espancamentos... Falo isso por experiência até como professor, tenho alunos que passaram por isso. Há um clima, de fato, ameaçador. Outro dia houve uma manifestação em São Paulo que deveria fazer um trajeto até o estádio novo do Corinthians – um estádio bastante polêmico, não apenas na questão do desvio do dinheiro público, mas para as várias mortes e acidentes de trabalhadores que perderam a vida durante a construção – e a manifestação não pôde ir adiante, pois tinham avisado a torcida do Corinthians, que estava fora do estádio esperando os manifestantes para o enfrentamento.

Estava neste nível de organização da repressão muito articulado, estruturado e que, de fato, tirou essa espontaneidade dos movimentos e transformou a atividade de rua em conflito violento. Uma verdadeira guerra. A possibilidade de ir para rua se manifestar durante o jogo da copa do mundo significa enfrentar o exército e, portanto, ir numa expectativa de guerrilha. Aí não seria uma manifestação de rua de protesto, mas uma ação de guerra, o enfrentamento ao exército. E isso foi determinado pela escolha política do governo, que decidiu enfrentar e reprimir esses movimentos. Nesse sentido, espero manifestações em rede e presenciais, mas penso, sobretudo, qual será o impacto disso para este desvio que os movimentos foram levados a ter por esta repressão brutal.

IHU On-Line – Ao pensar a “tomada coletiva da palavra”, nos termos de Vattimo, para vislumbrar a superação dos mediadores tradicionais, quais os perigos da remediação dos conteúdos para espalhar palavras de intolerância ou estímulo à violência (como as páginas e grupos de “justiceiros” no Facebook)?

Massimo Di Felice – A realidade humana é complexa e as redes exprimem essa complexidade da totalidade humana, e obviamente podem surgir mediadores que levam ou incitam a comportamentos violentos e agressivos. Isso é uma possibilidade, e, no caso que você citou, levou à morte de

“A cosmopolítica seria a forma de pensar o político em um contexto de hipercomplexidade, no qual se considera o agir não só pelos humanos, mas também o agir do dispositivo, da tecnologia, do banco de dados”

uma pessoa e pode levar a coisas parecidas. Mas ao mesmo tempo, como é próprio da condição humana, a rede pode oferecer formas de difusão de conhecimento, acesso às informações e, conseqüentemente, a possibilidade de o indivíduo se emancipar das próprias tendências negativas através do conhecimento, ter capacidade de encerrar de uma forma mais inteligente as problemáticas sociais. Não é possível determinar a identidade da rede, ela se torna no que os diversos atores conectados vão transformá-la. Não podemos culpar a tecnologia do Facebook pelo linchamento. Embora ela tenha colaborado, isso não é uma causa e efeito. Se observarmos redes de criminosos, eles a utilizarão para realizar crimes; em redes de estudantes, as utilizarão para fazer pesquisa.

A rede é conectiva e, portanto, não é a solução dos problemas da humanidade, mas é uma possibilidade a mais de criar uma inteligência coletiva, como chama Pierre Levi¹⁰, ou uma

inteligência complexa que integra, além dos humanos, os outros elementos que compõem a biodiversidade; portanto, possibilita uma forma de interação, escolha, decisão complexa, levando em conta muito mais variáveis que a política e a forma das escolas tradicionais que o homem moderno ocidental desenvolveu.

IHU On-Line – Deseja acrescentar alguma coisa?

Massimo Di Felice – Quero acrescentar que, ao se falar em net-ativismo e pós-político, falamos de uma outra ecologia do social e, conseqüentemente, de uma transformação muito profunda, não apenas da esfera do político, mas da esfera do social e da mesma esfera do humano em relação à tecnologia. Portanto, devemos ter a consciência de que as transformações que estamos enfrentando em nossa contemporaneidade são, de um lado, muito difíceis, porque pressupõem uma transformação filosófica profunda. E, por isso mesmo, são muito atrativas, porque nos colocam numa condição bastante desconfortável de um lado e bastante ambiciosa do outro, fazendo-nos repensar categorias e conceitos consolidados desde muitos séculos.

Leia mais...

- *Net-ativismo. De uma política antropocêntrica para uma lógica virtual plural.* Entrevista de Massimo Di Felice publicada em 28-11-2013 no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1k8YGW4>
- *As redes digitais vistas a partir de uma perspectiva reticular.* Entrevista de Massimo Di Felice publicada na edição 380 da **IHU On-Line**, de 14-11-2011, disponível em <http://bit.ly/Tbyfpy>
- *“Uma forma de democracia direta é algo que hoje pode ser tecnologicamente possível”.* Entrevista com Massimo di Felice publicada em 08-09-2008 no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/1lr0Ezo>

¹⁰ Pierre Lévy (1956): Filósofo francês da cultura virtual contemporânea. Vive em Paris e leciona no Departamento de Hipermedia da Universidade de Paris-VIII. (Nota da IHU On-Line)

O fetiche dos artefatos como mediadores das relações sociais

Alf Hornborg aborda criticamente a defesa da tecnologia como organização social, tese proposta por Bruno Latour

POR CAIO COELHO E RICARDO MACHADO

“Eu aprovo completamente o entendimento de Latour sobre a tecnologia como uma organização social – se ele concordasse com tal simplificação –, mas gostaria de convidá-lo para criticar a tecnologia precisamente porque ela incorpora e reproduz relações sociais de exploração”, sustenta Alf Hornborg, em entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. “Ele tem mostrado como artefatos materiais mediam e organizam relações sociais humanas, e que isto é a diferença essencial entre sociedades humanas e sociedades de outros primatas, mas não desfeticiza tais artefatos por expor suas funções como instrumentos de poder e exploração”, complementa.

Para o pesquisador, a visão de que a tecnologia opera a partir de um conjunto neutro de instrumentos, que visam a determinados objetivos práticos, funciona com uma espé-

cie de ideologia. “A tecnologia moderna é um fetiche no mesmo sentido que o dinheiro e as mercadorias: objetos materiais atribuídos com produtividade e agência autônoma, dissimulando quanta produtividade e agência realmente derivam de relações desiguais de troca”, argumenta o entrevistado.

Alf Hornborg é professor e coordenador do departamento de Ecologia Humana da Universidade de Lund, Suécia. Realizou seu doutorado em Antropologia Cultural na Universidade de Uppsala (1986). É autor de diversos textos e artigos, sendo os mais conhecidos *The Power of the Machine: and Global Inequalities of Economy, Technology, and Environment* (AltaMira Press, 2001) e *Technology as Fetish: Marx, Latour, and the Cultural Foundations of Capitalism* (Theory, Culture, Society, 2013).

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Em relação às propostas teóricas de Bruno Latour¹ sobre a tecnologia, onde ele demonstra sua falta de interesse e atenção? Por que o conceito marxista de fetiche é necessário para uma visão crítica de sua obra?

Alf Hornborg – Eu aprovo completamente o entendimento de Latour so-

bre a tecnologia como uma organização social – se ele concordasse com tal simplificação –, mas gostaria de convidá-lo para criticar a tecnologia precisamente porque ela incorpora e reproduz relações sociais de exploração. Ele tem mostrado como artefatos materiais mediam e organizam relações sociais humanas, e que isto é a diferença essencial entre sociedades humanas e sociedades de outros primatas, mas não desfeticiza tais artefatos por expor suas funções como instrumentos de poder e exploração. Ao invés, ele sugere que todos artefatos são “feitiches”², desse modo desarmando o projeto marxista de revelar

como nossa percepção convencional de objetos materiais (tais como dinheiro e mercadorias) pode servir para esconder relações sociais e trocas desiguais.

IHU On-Line – Por que é tão importante estabelecer uma crítica política sobre os objetos tecnológicos modernos (ou como você os chama, sobre as Máquinas)?

Alf Hornborg – Seguindo o que foi mencionado acima, meu argumento é de que a tecnologia moderna é um fetiche no mesmo sentido que o dinheiro e as mercadorias: objetos materiais atribuídos com produtividade e agência autônoma, dissimulando quanta produtividade e agência realmente derivam de relações desiguais de troca.

¹ Bruno Latour (1947): filósofo francês, é um dos fundadores dos chamados Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT). É reconhecido, entre outros trabalhos, por sua contribuição teórica - ao lado de outros autores como Michel Callon e John Law - no desenvolvimento da ANT - *Actor Network Theory* (Teoria ator-rede) que, ao analisar a atividade científica, considera tanto os atores humanos como os não humanos, estes últimos devido à sua vinculação ao princípio de simetria generalizada. (Nota da IHU On-Line)

² Fe(i)tiche (faitiche): um trocadilho com as palavras francesas fait (fato) e fetiche (fetiche). (Nota da IHU On-Line)

IHU On-Line – Aqui no Brasil, a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour (ANT) encontrou um número surpreendente de seguidores, especialmente entre pesquisadores dos campos de gestão, economia, direito, comunicação social, jornalismo, relações internacionais, etc. Quais são os riscos ou problemas teóricos que pesquisadores podem incorrer usando essa teoria, em particular, quando eles não estão familiarizados com os debates sobre natureza/cultura?

Alf Hornborg – A Teoria Ator-Rede é geralmente entendida como a convicção de que artefatos materiais têm agência. Neste sentido, ela expressa a ilusão que Marx³ chamou de fetichismo. Uma análise marxista iria revelar que a agência foi delegada aos artefatos por agentes humanos reais. Artefatos somente mediam relações sociais humanas, eles não agem por si mesmos.

IHU On-Line – Existe um lugar para a ideologia na discussão acadêmica sobre tecnologia?

3 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos Cadernos IHU Ideias, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da IHU On-Line, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da IHU On-Line, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

“A tecnologia moderna é um fetiche no mesmo sentido que o dinheiro e as mercadorias”

Alf Hornborg – Ver a tecnologia como um conjunto moral e politicamente neutro de instrumentos para atingir certos objetivos práticos, decorrente da engenhosidade humana; não exigir relação de preços determinados e as relações desiguais de troca, é uma ideologia.

IHU On-Line – Como podemos superar limites disciplinares entre as ciências sociais e ciências naturais em discussões sobre estratégias sociais de exploração e tecnologia?

Alf Hornborg – Precisamos manter a distinção analítica entre aspectos sociais e naturais quando estamos reconhecendo seu amálgama na realidade física. Negar esta distinção é obscurecer a forma como os fenômenos naturais são mobilizados na organização das relações sociais.

IHU On-Line – É uma “abordagem social animista” a resposta às trocas desiguais e aos problemas ecológicos que cometem o planeta? Como a economia ecológica pode contribuir neste debate?

Alf Hornborg – O animismo é relevante para esta discussão porque denota a atribuição de agência para coisas não humanas. Fetichismo, nes-

te sentido, é um tipo específico de animismo. Mas eu gostaria de restringir a definição de “animismo” para outras coisas viventes como animais e plantas. Esta versão do animismo é algo que eu poderia defender: maior empatia com respeito a coisas viventes com as quais dividimos o planeta. Fetichismo é, ao invés disso, a atribuição de agência para coisas mortas, como as máquinas.

Economia ecológica é crucial ao observar o quanto o pensamento econômico convencional ignora os processos biofísicos (“natureza”) como se esta fosse a Segunda Lei da Termodinâmica. Fornece-nos ferramentas transdisciplinares para identificar trocas ecológicas desiguais, mensurada como redes assimétricas de transferência de recursos biofísicos que são escondidos pela aparente reciprocidade dos preços de mercado.

IHU On-Line – Nós sempre fomos modernos?

Alf Hornborg – Sim, a modernidade (e o capitalismo moderno) é uma condição social gerada pelo uso expansivo do dinheiro para fins gerais (a ideia de permutabilidade generalizada) em conjunção com combustíveis fósseis como fonte da energia mecânica. O cidadão regular da civilização (globalizada) euro-americana hoje é mais “moderno” – no sentido de se basear em abstrações universalizadas, como dinheiro, experts e tempo e espaço padronizados –, então regular, mediano. Encontrar pessoas “pré-modernas” em qualquer lugar é coisa do século XVI e, mais do que a média, pessoas “não modernas” se encontram em comunidades locais na periferia do sistema-mundo de hoje, incluindo neste quinhão, é claro, as pessoas “indígenas”.

LEIA OS CADERNOS IHU IDEIAS
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Conjuntura da Semana

O Capital no século XXI: O desmonte das teses liberais e da economia neoclássica

“**T**homas Piketty, economista francês, demonstra que a desigualdade não é um acidente, mas uma característica inerente ao capitalismo. O autor desmonta as teses econômicas liberais clássicas e neoclássicas e demonstra que hoje é a receita do capital, e não a renda do trabalho, que predomina no topo da distribuição de renda.” O comentário é de Cesar Sanson, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O comentário se refere ao livro *Capital in the Twenty-First Century* (Cambridge: Belknap Press, 2014), tema de amplo debate que pode ser acompanhado nas **Notícias do Dia** da página do IHU (www.ihu.unisinos.br)

O artigo publicado a seguir é uma síntese da Conjuntura da Semana publicada nas ‘Notícias do Dia’, no sítio do IHU, em 12-05-2014, sob o título ‘O Capital no século XXI’: O desmonte das teses liberais e da economia neoclássica.

A análise é elaborada, em fina sintonia com o **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, pelos colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba-PR, e pelo Prof. Dr. Cesar Sanson. A atual análise também contou com a participação do Prof. Dr. André Langer.

A íntegra da análise, com os respectivos links, pode ser lida aqui: <http://bit.ly/conjuntura120514>

Eis o artigo.

Desigualdade não é um acidente, é inerente ao capitalismo rentista

Uma das grandes novidades da primeira década deste século foi a irrupção do movimento antiglobalização em suas versões “O Povo de Seattle” [milhares de manifestantes impedindo a rodada da Organização Mundial do Comércio – OMC] e o “Povo de Porto Alegre” [Edições do Fórum Social Mundial]. Na esteira de ambos – sempre por ocasião dos encontros do G-8, FMI, Banco Mundial –, grandes atos ocorreram em Quebec, Praga, Melbourne, Gênova. Agora, nesta década, assiste-se a novos mo-

vimentos como *Occupy Wall Street* e o Movimento dos Indignados.

Embora com diferenças, tanto os movimentos do início da década como os de agora denunciam o fato de que o “capitalismo não está mais funcionando”. A consigna do movimento Occupy (*We are the 99%*)¹ re-

sume a percepção de que o mundo foi engolido pela financeirização e é controlado por uma espécie de superclasse mundial, não superior a 1% da população mundial.

Essa percepção do movimento antiglobalização e dos novos movimentos ganhou um aliado de fôlego, a obra *Capital in the Twenty-First Century* [*O capital no século XXI*]. A tese dos movimentos de que o mundo é controlado por uma oligarquia financeira é corroborada com consistência pelo livro. De autoria de Thomas Piketty², jovem economista francês,

¹ **Occupy**: série de protestos mundiais iniciados no dia 15 de outubro de 2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. O movimento se espalhou por várias cidades do mundo, organizado por coletivos locais, organizações de bairro ou movimentos sociais, os quais propunham alternativas de desenvolvimento voltadas à preservação do planeta e ao consumo consciente de produtos, opondo-se à especulação financeira e à ganância econômica. (Nota da IHU On-Line)

² **Thomas Piketty** (1971): economista francês, concentra seus estudos no acúmulo e desigualdade de renda. É diretor

a obra já é considerada um clássico e vem ganhando enorme repercussão em todo o mundo.

A obra de Piketty, elogiada por economistas progressistas de peso como Joseph Stiglitz³ e Paul Krugman⁴, ambos prêmios Nobel da Economia, e reconhecida como consistente por economistas conservadores, é considerada inovadora. A interpretação é de que suas teses levarão a mudanças substanciais na maneira pela qual pensamos a sociedade e concebemos a economia.

A tese central do livro de quase 700 páginas é de que numa economia onde a taxa de rendimento sobre o capital supera a taxa de crescimento, a riqueza herdada sempre crescerá mais rapidamente do que a riqueza conquistada, ou seja, estamos retornando a um 'capitalismo patrimonial'. Segundo Piketty, o crescimento da desigualdade é inerente ao capitalismo, porque a taxa de retorno ou rendimento do capital (R: *rate of capital return*) é superior à taxa de crescimento econômico (G: *rate of economic growth*), relação resumida na versão em

inglês do livro como "R>G" (R maior que G).

A explicação é que os juros da renda, quer seja um portfólio de ações, um bem mobiliário ou um complexo industrial, giram em torno de 5%. Se a taxa de crescimento cai abaixo disso, os ricos ficam mais ricos. E, ao longo do tempo, os herdeiros de grandes fortunas começam a dominar a economia.

Piketty demonstra, portanto, que hoje é a renda do capital, e não a renda do trabalho, que predomina no topo da distribuição de renda. Dessa forma, destaca, além de estarmos retornando ao século XIX, em termos de desigualdade de renda, estamos no caminho de volta ao capitalismo patrimonial, na qual o topo da economia é ocupado não por indivíduos talentosos, mas por dinastias familiares. Se o sujeito não nascer na riqueza, será bastante difícil enriquecer.

Logo, o fato de que os filhos dos ricos podem desfrutar de uma vida sabática, enquanto os filhos dos pobres continuam transpirando dentro de seus uniformes não é acidental: é o sistema funcionando normalmente. Segundo o conservador *The Economist*, hoje 1% da população tem 43% dos ativos do mundo. Os 10% mais ricos detém 83%.

Assim, o autor de *O capital no século XXI* põe por terra o mito central do capitalismo e a sua justificativa moral: aquela de que a riqueza é gerada pelo esforço, pela criatividade, pelo trabalho, pelo investimento, pelo risco assumido. Piketty desmonta a tese dos conservadores: a insistência em que vivemos em uma meritocracia na qual se ganham grandes fortunas e estas são merecidas.

Desmonte das teses liberais e da economia neoclássica

O autor do *Capital no século XXI* desmonta as teses liberais clássicas. Piketty bate de frente com a premissa da economia neoclássica baseada em Adam Smith⁵ e

David Ricardo⁶, que considera que a distribuição da riqueza é um tema secundário do crescimento e que em "economias maduras" (desenvolvidas) a desigualdade se reduz naturalmente. Esta tese se baseava na chamada curva de Simon Kuznets⁷, a qual

Outra faceta de destaque no pensamento de Smith é sua percepção das sofríveis condições de trabalho e alienação às quais os trabalhadores encontravam-se submetidos com o advento da Revolução Industrial. O IHU promoveu em 2005 o *I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia*. No segundo encontro deste evento a professora Ana Maria Bianchi, da USP, proferiu a conferência *A atualidade do pensamento de Adam Smith*. Sobre o tema, concedeu uma entrevista à *IHU On-Line* nº 133, de 21-03-2005, disponível em <http://bit.ly/ihuon133>. Ainda sobre Smith, confira a edição 35 dos *Cadernos IHU Ideias*, de 21-07-2005, intitulada *Adam Smith: filósofo e economista*, escrita por Ana Maria Bianchi e Antônio Tiago Loureiro Araújo dos Santos, disponível para download em <http://bit.ly/ihu135>. Smith foi o tópico número 1 do *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2009*, estudado de 13-04-2009 a 02-05-2009. O *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010*, em seu primeiro módulo, falou sobre *Adam Smith: filósofo e economista*. Em sua edição 2011, esse evento contou com a palestra do Prof. Dr. André Filipe Zago de Azevedo, em 29-08-2011, com o tema *Adam Smith: os sentimentos morais e as razões da acumulação e da conservação da fortuna material*. (Nota da *IHU On-Line*)

6 David Ricardo (1772-1823): economista inglês, considerado um dos principais representantes da economia política clássica. Exerceu uma grande influência tanto sobre os economistas neoclássicos, como sobre os economistas marxistas, o que revela sua importância para o desenvolvimento da ciência econômica. Os temas presentes em suas obras incluem a teoria do valor-trabalho, a teoria da distribuição (as relações entre o lucro e os salários), o comércio internacional, temas monetários. A sua teoria das vantagens comparativas constitui a base essencial da teoria do comércio internacional. Demonstrou que duas nações podem beneficiar-se do comércio livre, mesmo que uma nação seja menos eficiente na produção de todos os tipos de bens do que o seu parceiro comercial. Ao apresentar esta teoria, usou o comércio entre Portugal e Inglaterra como exemplo demonstrativo. O *Ciclo de Estudos em EAD - Repensando os Clássicos da Economia - Edição 2010*, em seu segundo módulo, fala sobre *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo*. Para conferir a programação do evento, visite <http://migre.me/xQsg>. (Nota da *IHU On-Line*)

7 Simon Kuznets (1901-1985): economista russo naturalizado estadunidense. Recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1971. O prêmio foi recebido pela sua famosa

de pesquisas da École des hautes études en sciences sociales (EHESS) e professor da Escola de Economia de Paris. É autor de numerosos artigos e livros, incluindo o livro best-seller *O Capital no Século XXI*. (Nota da *IHU On-Line*)

3 Joseph Stiglitz: ex-vice-presidente do Banco Mundial - Bird -, foi chefe dos economistas no governo Clinton, Estados Unidos, e prêmio Nobel de Economia 2001. Ele é autor, entre outros, dos seguintes livros, traduzidos para o português: *A globalização e seus malefícios* (São Paulo: Futura, 2003) e *Os Exuberantes anos 90* (São Paulo: Companhia das Letras, 2003). Deste autor, a *IHU On-Line* publicou a entrevista *Fracasso da OMC - Vitória da democracia*, concedida ao jornal *Libération*, na 82ª edição, de 3 de novembro de 2003, cujo arquivo em pdf está disponível em <http://bit.ly/ROUm3G> (a entrevista pode ser encontrada na p. 11). (Nota da *IHU On-Line*)

4 Paul Robin Krugman (1953): economista estadunidense, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008, professor de Economia e Assuntos Internacionais na Universidade Princeton. É autor de *Economia internacional*, em conjunto com Maurice Obstfeld (São Paulo: Pearson, 2010); *Economia espacial*, em conjunto com Masahisa Fujita e Antony J. Venables (São Paulo: Futura, 2002); *A Desintegração Americana* (Rio de Janeiro: Record, 2006); *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2009); *Um Basta à Depressão Econômica!* (Rio de Janeiro: Elsevier, 2012). (Nota da *IHU On-Line*)

5 Adam Smith (1723-1790): considerado o fundador da ciência econômica. A *Riqueza das Nações*, sua obra principal, de 1776, lançou as bases para um novo entendimento do mecanismo econômico da sociedade, quebrando paradigmas com a proposição de um sistema liberal, ao invés do mercantilismo até então vigente.

postulava que, embora as economias fossem muito desiguais na primeira etapa da industrialização, tornar-se-iam mais igualitárias com o tempo, em virtude de um processo de amadurecimento intrínseco, resultado do crescimento.

Kuznets sustenta a tese de que a lacuna da desigualdade inevitavelmente encolhe à medida que as economias se desenvolvem e se tornam sofisticadas. O economista bielorrusso fez uso das informações disponíveis à época para mostrar que, embora as sociedades se tornassem mais desiguais nos primeiros estágios da industrialização, esta desigualdade diminuiria à medida que elas alcançassem a maturidade. Tal “curva de Kuznets” fora aceita pela maioria dos economistas até Piketty e seus colaboradores produzirem as provas para mostrar que isso era falso. Na verdade, a curva vai exatamente na direção oposta: o capitalismo começou desigual, achatou a desigualdade durante grande parte do século XX, mas atualmente está voltando em direção aos níveis *dickensianos* de desigualdade no mundo.

Kuznets desenvolveu sua hipótese nos anos 1950 e 1960, no mesmo período em que o capitalismo gozou de seus “25 anos dourados” (1947-1973), em que o crescimento chegou a 4,5% anualmente. Segundo Piketty, este período é uma exceção, em razão de fatores históricos aleatórios e institucionais. Piketty analisou a evolução de 30 países ao longo 300 anos e diz que, caso se analise o período de 1700 até 2012, percebe-se que a produção anual cresceu em média 1,6%. Ao contrário, o rendimento do capital foi de 4 a 5%”.

Soluções no próprio terreno do capitalismo

A grande contribuição do livro de Thomas Piketty é demonstrar que a desigualdade não é um acidente, mas uma característica inerente ao capitalismo. Aqui ele se aproxima de Marx⁸. A obra de Piketty, entre-

tanto, diferentemente de *O Capital* de Marx, contém soluções no próprio terreno do capitalismo. A crítica de Marx ao capitalismo não era sobre a distribuição, mas sobre a produção. Para Marx, não seria o aumento da desigualdade, mas sim uma ruptura no mecanismo de lucro que levaria o sistema a seu fim. Já a abordagem de Piketty não é destruir o capitalismo, mas reformá-lo através de forte intervenção estatal via tributação da riqueza financeira-patrimonial. Nessa perspectiva, a solução proposta por Piketty é tributar pesadamente os muito ricos.

A esquerda abandonou a luta pela igualdade

A problemática das desigualdades retoma o tema da esquerda, relação essa que se esfumou. A esquerda esqueceu-se – ou, talvez, seja melhor dizer abandonou (conscientemente) – a luta pela igualdade. De acordo com o pensador político italiano Norberto Bobbio, um dos elementos que distingue a esquerda da direita é justamente o lugar e a importância concedidos à igualdade.

Mas, nas últimas décadas – marcadas por uma nova revolução tecnológica, pela emergência da economia financeira, que resultou na globalização hegemônica pelo mercado e, concomitantemente, no fim dos grandes discursos interpretativos e na crise da esquerda em todo o mundo –, assistiu-se a um lento e progressivo retorno das desigualdades econômicas e sociais.

A esquerda historicamente fez da luta pela igualdade uma das suas principais bandeiras. Entretanto, abandonando sua ousadia e criati-

mista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição número 41 dos *Cadernos IHU Ideias*, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti) filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, confira a edição número 278 da *IHU On-Line*, de 20-10-2008, intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <http://bit.ly/rhygyP>. Leia, igualmente, a entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira à edição 327 da *IHU On-Line*, de 03-05-2010, disponível em <http://bit.ly/JwXRSa>. (Nota da IHU On-Line)

vidade, ou rendendo-se à *realpolitik* na medida em que a política passou a estar cada vez mais próxima da gerência empresarial, a esquerda foi se descaracterizando a ponto de alguns se perguntarem se a distinção entre direita e esquerda ainda fazia sentido ou se não se tornara “anacrônica”.

PT abandonou a ‘bandeira’ da taxa dos mais ricos

Um aspecto interessante da obra de Piketty, mencionado anteriormente, é exatamente o de desafiar a narrativa de centro-esquerda, particularmente da social-democracia que acreditou que o liberalismo poderia coexistir com a distribuição de renda. A ideia do “iate do oligarca coexistindo com o banco de alimentos para todo o sempre”, em síntese de Paul Krugman sobre o livro de Piketty. É por isso que a esquerda fracassou na Europa e também a pretensa esquerda dos democratas americanos. Elas jamais se atreveram em alterar a dinâmica concentradora de renda.

Com a esquerda latino-americana, particularmente a brasileira, se deu o mesmo. A chegada da esquerda no poder não alterou a dinâmica concentradora de renda dos mais ricos. O que se assistiu e ainda se assiste é que os que sempre ganharam muito continuavam ganhando.

O PT abandonou as ‘bandeiras’ de taxa dos mais ricos. Recuou na auditoria da dívida externa – um ralo que absorve quase metade do orçamento para o pagamento dos encargos da dívida; disse não à taxa do capital financeiro na reunião da cúpula do G20 em Toronto em 2010; nunca esboçou sequer um projeto – proposta que historicamente defendia – de taxa da riqueza e da herança patrimonial e não ousou numa reforma tributária progressiva de tirar dos mais ricos para transferir para os mais pobres.

O PT fracassou rotundamente num projeto de afrontar a escandalosa renda dos mais ricos⁹.

9 Sobre o livro de Thomas Piketty, consulte o site do IHU (<http://www.ihu.unisinos.br>) para as análises e entrevistas publicadas após a publicação da Análise de Conjuntura acima sintetizada. (Nota da IHU On-Line)

“curva de Kuznets”, que relaciona ‘Desigualdade de Renda’ ao ‘Crescimento do Produto’ de uma Economia. (Nota da IHU On-Line)

8 Karl Marx (Karl Heinrich Marx, 1818-1883): filósofo, cientista social, econo-

**Tema
de
Capa**

**Destques
da Semana**

**IHU em
Revista**

Agenda de Eventos

Eventos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU
programados para o período de 20-05-2014 a 02-06-2014.

20-05-2014

Os impactos das redes de informação open source sobre as práticas das pesquisas científicas

Palestrante: Prof. Dr. Fernando Cesar Lima Leite (Universidade de Brasília – UnB)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

21-05-2014

Exibição do filme *O Mundo Segundo a Monsanto (Le Monde Selon Monsanto*. Maria-Monique Robin.

França, Canadá, Alemanha, 2008, 104min)

Ciclo de filmes *Clima e Sustentabilidade*

Horário: 19h30min às 22h15min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

22-05-2014

Medicalização da saúde mental

Palestrante: Profa. Dra. Sandra Caponi (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

29-05-2014

Exibição do filme *Receitas para um Desastre (Katastrofin aineksia*. John Webster. Islândia, 2008, 86min)

Ciclo de filmes *Clima e Sustentabilidade*

Horário: 8h30min às 11h15min

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

Internet – parte e ferramenta para construir, mostrar e medir a economia pós-capitalista

Palestrante: Profa. Dra. Glauca Campregher (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS)

Horário: 17h30min às 19h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

02-06-2014

Estratégia como prática social – o estrategizar e a produção de subjetividades

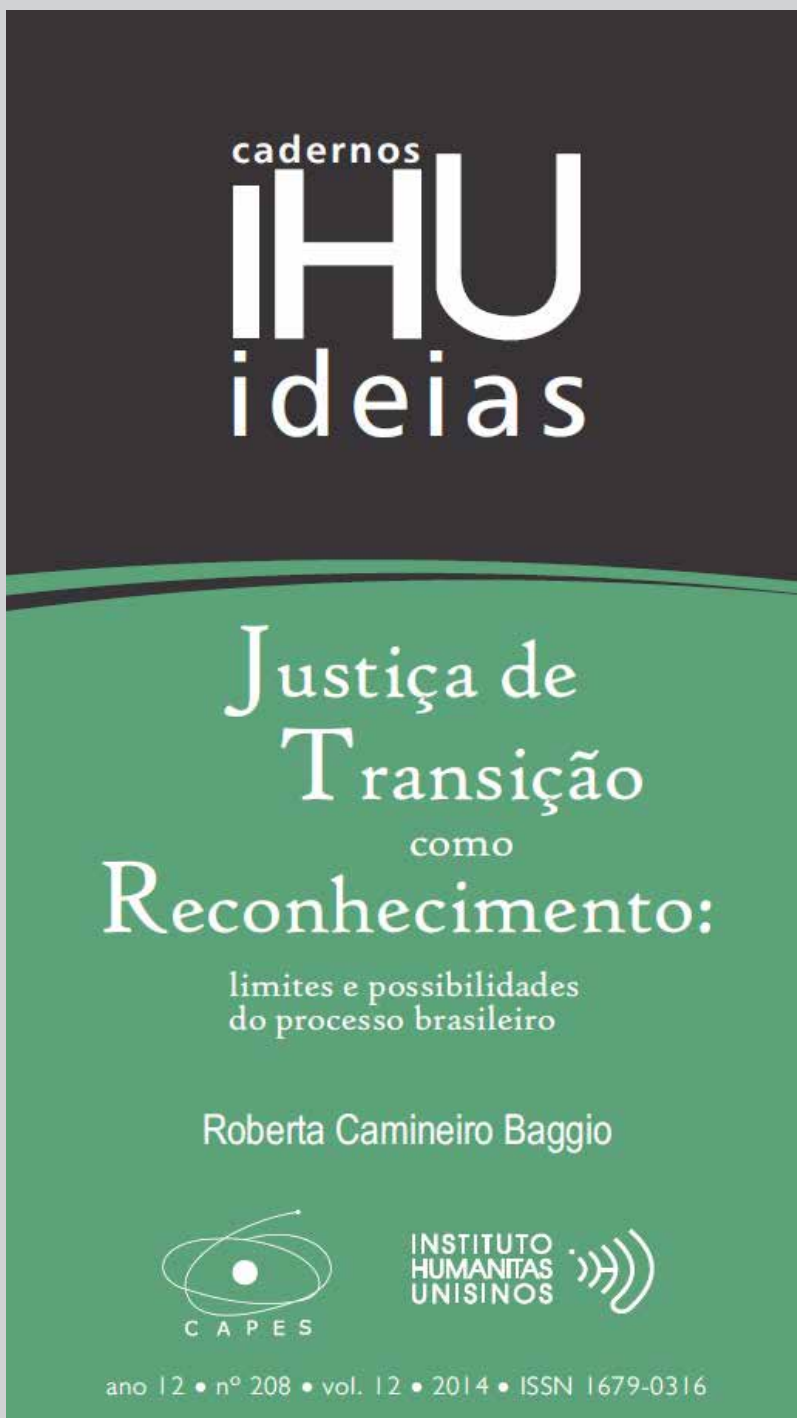
Palestrante: Prof. Dr. César Augusto Tureta de Moraes (Universidade Federal do Espírito Santo – UFES)

Horário: 19h30min às 22h

Local: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, no IHU

LEIA OS CADERNOS IHU
NO SITE DO IHU
WWW.IHU.UNISINOS.BR

Publicação em Destaque



Cadernos IHU Ideias

Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro

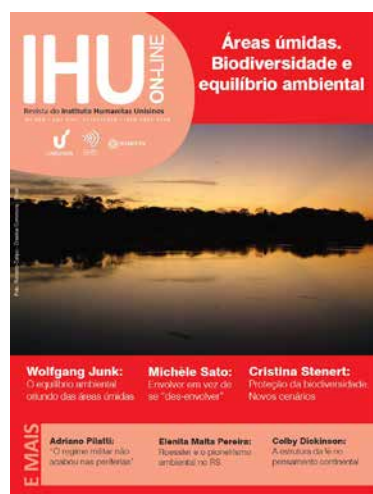
Em sua 208ª edição, Cadernos IHU ideias publica *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro*, de Roberta Camineiro Baggio, professora adjunta de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da UFRGS. O artigo busca estabelecer uma concepção de justiça de transição a partir dos marcos da teoria do reconhecimento de Axel Honneth¹, com o objetivo de compreender os efeitos desintegrativos dos processos de socialização decorrentes do golpe de Estado em 1964 e analisar os limites e potencialidades da transição política brasileira, considerando, em especial, o âmbito reparatório de atuação da Comissão de Anistia brasileira.

Esta e outras edições dos **Cadernos IHU** podem ser adquiridas diretamente no **Instituto Humanitas Unisinos – IHU** ou solicitadas pelo endereço **humanitas@unisinos.br** ou no telefone 55 (51) 3590 8247.

Após o dia 29 de maio de 2014, o arquivo em **PDF** deste caderno estará disponível no link <http://bit.ly/cadernosihu>.

¹ **Axel Honneth** (1949): filósofo e sociólogo alemão. Desde 2001, é diretor do *Institut für Sozialforschung* (Instituto para Pesquisa Social) da Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, Alemanha, instituição que abrigou o nascimento da Escola de Frankfurt. A sua produção acadêmica está relacionada a uma teoria do reconhecimento recíproco, descrita na obra *Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*, de 1992, publicada no Brasil com o título *Luta por reconhecimento - A Gramática Moral dos Conflitos Sociais* (São Paulo: Editora 34, 2003). (Nota da IHU On-Line)

Releia algumas das edições já publicadas da **IHU On-Line**.



Áreas úmidas. Biodiversidade e equilíbrio ambiental

Edição 433 – Ano XIII – 02-12-2013

Disponível em <http://bit.ly/ihuon433>

Áreas úmidas, biodiversidade e equilíbrio ambiental é o tema de capa desta edição da **IHU On-Line**. A edição reúne um conjunto de pesquisadores para pensar a necessidade de preservação de zonas alagadas, desde o ponto de vista de preservação da fauna e da flora até a perspectiva e prevenção das mudanças climáticas em âmbito mundial. Contribuem para o debate Wolfgang Junk, Michèle Sato, Demétrio Luis Guadagnin, Sidinei Magela Thomaz, Luis Fernando Perello, Cristina Stenert, Paulo Rogério Gonçalves e Ana Silvia Rolon.

Por uma ética do alimento. Sobriedade e compaixão

Edição 384 – Ano XI – 12-12-2011

Disponível em <http://bit.ly/ihuon384>

Esta edição da **IHU On-Line** debate os desafios e as perspectivas da Rio+20. Vinte anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), a cidade do Rio de Janeiro foi sede, em junho de 2012, da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20. Contribuem no debate André Trigueiro, Cristovam Buarque, Dal Marcondes, Ladislau Dowbor, Ricardo Abramovay e Pedro Ivo de Souza Batista.



A vingança de Gaia. Mudanças climáticas e a vulnerabilidade do Planeta

Edição 171 – Ano VI – 13-03-2006

Disponível em <http://bit.ly/ihu171>

O título desta edição da **IHU On-Line** é inspirado no livro (então recém-lançado) *A Vingança de Gaia* (Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006), de James Lovelock, autor da Teoria de Gaia. O título já então era questionado e discutido, inclusive por entrevistados da Revista, mas ainda assim temas como as mudanças climáticas, a vulnerabilidade do planeta Terra e a crise ecológica como manifestação de uma crise civilizacional sempre devem ser revisitados. Colaboram para esta edição Washington Novaes, André Trigueiro, Luiz Gylvan, Carlos Eduardo Young e Nícia Beatriz Barbin, buscando aprofundar a discussão do significado da crise ecológica contemporânea.

Leia nesta edição	tema de capa	Entrevistas
Washington Novaes: O século XXI foi o mais quente da história da Terra p. 9	James Lovelock: A vingança de Gaia p. 11	
André Trigueiro: "Estamos vivendo em um mundo marcado por desenvolvimento" p. 13	Luiz Gylvan: Minha filha: A luta contra o aquecimento global p. 14	
Carlos Eduardo Young: Um clima econômico sob as mudanças climáticas p. 21	Nícia Beatriz Barbin: Preciso da Política e do Direito para regular as questões ambientais p. 28	
Brasil em Foco		
Francisco Whitaker: A sociedade civil como novo ator político p. 31		
Destques da semana	Teologia Pública	
Hans Kung: Como prevenir um choque das civilizações p. 37		
Filme da semana:		
Os segredos de Babel's Mountain p. 47		
Em resumo		
Em resumo p. 45		
Três da semana		
p. 47		
IHU em revista		

Os impactos das redes de acesso aberto para divulgação das pesquisas científicas

O Prof. Dr. Fernando Cesar Lima Leite (foto) apresenta a palestra *Os impactos das redes de informação open source sobre as práticas das pesquisas científicas*, nesta terça-feira, dia 20 de maio, entre 19h30min e 22 horas, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus da Unisinos, em São Leopoldo. O evento integra a programação do *III Seminário preparatório ao XIV Simpósio Internacional IHU – Revoluções tecnocientíficas, culturas, indivíduos e sociedades*, que ocorrerá de 21 a 24 de outubro de 2014 – a programação completa do III seminário pode ser acessada em <http://bit.ly/3SemXIV>. Fernando Leite é professor adjunto da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília – UnB.



A medicalização da saúde mental em debate



A Profa. Dra. Sandra Caponi (foto) debate a *Medicalização da saúde mental* em palestra a ser realizada na próxima quinta-feira, dia 22 de maio, na Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros, Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus da Unisinos, em São Leopoldo. A atividade ocorre das 17h30min às 19 horas e integra a programação do *IHU ideias*, iniciativa do IHU que oferece espaço para a discussão, análise e avaliação das questões que se constituem em grandes desafios do nosso tempo, abrangendo as áreas de atuação do Instituto Humanitas Unisinos. A participação é gratuita. Sandra Caponi é professora associada no Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

O diálogo inter-religioso nos últimos 50 anos

A 86ª edição dos **Cadernos Teologia Pública**, de 05 de maio de 2014, traz o ensaio *Diálogo Inter-religioso: Cinquenta anos após o Vaticano II*, de Peter C. Phan, professor de Teologia da Universidade Georgetown, Estados Unidos. O ensaio analisa a prática inter-religiosa no contexto da Igreja Católica Romana desde o término do Concílio Vaticano II, em 1965. Estruturado em torno das perguntas “De onde viemos?”, “Onde estamos atualmente?” e “Para onde vamos?”, o texto apresenta o olhar da Igreja Católica sobre as outras religiões antes da década de 1960, os acontecimentos mais notáveis nas relações da Igreja Católica com as demais confissões religiosas e as mudanças mais significativas na teologia das religiões nos últimos 50 anos, culminando numa indicação de direções e trajetórias para o diálogo inter-



religioso nos dias atuais. A versão em PDF estará disponível a partir de 5 de junho de 2014 no link <http://bit.ly/teologiapublica>.